



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 054/055/056

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 23 DE MAIO DE 2006

ANO XXXI

### *Mesa Executiva*

**HERMAS BRANDÃO**  
Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**  
1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**  
1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**  
2º Secretário - PMDB

**ELIO RUSCH**  
3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**  
4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PMRB

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### *Lideranças*

Líder do Governo ..... Dobrandino da Silva  
Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni  
PTB ..... Carlos Simões  
PFL ..... Plauto Miró Guimarães  
PSDB ..... Ademar Traiano  
PMDB ..... Antonio Anibelli  
PT ..... Ângelo Vanhoni  
PDT ..... Luiz Carlos Martins  
PPS ..... Waldir Leite  
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB ..... Jocelito Canto  
Bloco Parlamentar PP/PSB ..... Cida Borghetti

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

**DIÁRIO Nº 054****47ª SESSÃO ORDINÁRIA****SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>03</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>03</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>03</b>
<b>Expediente</b>	
Mensagem .....	03
Ofícios .....	05
Indicação .....	05
Requerimentos .....	05
Projetos de Lei .....	10
<b>Grande Expediente:</b>	
<b>Homenagem ao Sind. das Indústrias de</b>	
<b>Material Plástico do Est. do Paraná ....</b>	<b>13</b>
Orador	
Sr. Dirceu Galleas - Presidente .	14
<b>Pequeno Expediente</b>	
Dep. Elza Correia .....	15
Dep. André Vargas .....	16
Sr. José Lemos (Pres. APP) .....	18
<b>Horário das Lideranças</b>	
Liderança do PT:	
Dep. André Vargas .....	16
Liderança do PDT:	
Dep. Barbosa Neto .....	19
Liderança do PSDB:	
Dep. Ademar Traiano .....	19
Liderança do PSB:	
Dep. José Domingos Scarpellini	20
<b>Ordem do Dia:</b>	
Leitura do Expediente .....	22
Discussão / Votação:	
Votação em 2ª Discussão .....	22
Redação Final .....	25
2ª Discussão .....	26
1ª Discussão .....	30
Requerimentos .....	37
<b>Encerramento da Sessão .....</b>	<b>38</b>

**DIÁRIO Nº 055****006ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA****SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>39</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>39</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>39</b>
<b>Ordem do Dia:</b>	
Discussão / Votação:	
3ª Discussão .....	39
2ª Discussão .....	40
<b>Encerramento da Sessão .....</b>	<b>40</b>

**DIÁRIO Nº 056****007ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA****SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>41</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>41</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>41</b>
<b>Ordem do Dia:</b>	
Discussão / Votação:	
Redação Final .....	41
1ª Discussão .....	42
<b>Encerramento da Sessão .....</b>	<b>42</b>

**DIÁRIO Nº 054****47ª SESSÃO ORDINÁRIA****4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 47ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
23 DE MAIO DE 2006***(terça-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Ratinho Júnior e Geraldo Cartário.

**Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori. Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (51). Achando-se ausentes a Sra. Deputada Arlete Caramês e os Srs. Deputados Mauro Moraes e Valdir Rossoni (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

**Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º, artigo 88 do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**Expediente:****Mensagem**

MENSAGEM Nº 043/06

Curitiba, 17 de maio de 2006.

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa

Exmos. Srs. Deputados:

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que solicita a aprovação de ajuste orçamentário no valor de R\$ 2.382.303,00 (dois milhões, trezentos e oitenta e dois mil, trezentos e três reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005.

Os recursos de que trata este ajuste orçamentário serão utilizados para ampliação e melhorias no Cetepar e Colégio Estadual Jamile Dequech.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio Órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a V. Exas. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º Fica procedido um ajuste no Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n 14.977, de 28 de dezembro de 2005, no valor de R\$ 2.382.303,00 (dois milhões, trezentos e oitenta e dois mil, trezentos e três reais, conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II, desta lei.

Art. 3º Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, fica incluído o Anexo de Obras da Secretaria de Estado da Educação, conforme Anexo III desta lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

## ANEXO I

**Acréscimo de  
Despesa****Fl. 01  
R\$ 1,00**

<b>Cód.</b>	<b>Especificação</b>	<b>Natureza da Despesa</b>	<b>Fonte</b>	<b>Gr. Fonte</b>	<b>LDR</b>	<b>Valor</b>	<b>N. do Proc. COP</b>
4100	Secretaria de Estado da Educação						
4103	Superintendência de Educação						
1050	Projeto, Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná - PROEM/BID - SEED	4490.51	136	15	L	2.382.303	0599
<b>TOTAL</b>						2.382.303	

## ANEXO II

**Redução de  
Despesa****Fl. 01  
R\$ 1,00**

<b>Cód.</b>	<b>Especificação</b>	<b>Natureza da Despesa</b>	<b>Fonte</b>	<b>Gr. Fonte</b>	<b>LDR</b>	<b>Valor</b>	<b>N. do Proc. COP</b>
4100	Secretaria de Estado da Educação						
4103	Superintendência de Educação						
1050	Projetos, Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná - PROEM/BID - SEED	4490.39	136	15	L	2.382.303	0599
<b>TOTAL</b>						2.382.303	

## ANEXO III

**Acréscimo de  
Obras****Fl. 01  
R\$ 1,00**

<b>Cód.</b>	<b>Especificação</b>	<b>Fonte</b>	<b>Gr. Fonte</b>	<b>ALO</b>	<b>Valor</b>	<b>Processo</b>
4100	Secretaria de Estado da Educação					
4103	Superintendência de Educação					
1050	Projeto, Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná - PROEM/BID - SEED					
280	Curitiba					
0002	Executar ampliação e melhorias no Cetepar	136	15	L	1.713.034	0599
474	Londrina					
0001	Executar melhorias e reforma no Colégio Estadual Jamile Dequech	136	15	L	669.269	0599
<b>TOTAL</b>		Tes.		L	2.382.303	

## Ofícios

OF/CTL/CC Nº 124/06

Curitiba, 23 de maio de 2006.

Senhor Presidente:

Através deste, tenho a honra de vir à presença de V. Exa., a fim de solicitar providências no sentido da restituição da Mensagem Governamental nº 021/06, de 22 de março do corrente ano, que enviei a essa augusta Assembléia Legislativa, propondo alteração ao texto da Constituição Estadual visando adoção de restrições, conforme especifica, a provimentos de pessoas ligadas por parentesco, em cargos públicos, proposta essa consubstanciando estudos feitos por órgãos competentes do Poder Executivo e por mim acolhidos.

Ocorre, Sr. Presidente, que a proposição por mim feita tornou-se inconstitucional porque esta Casa de Leis rejeitou e arquivou outra proposta de emenda que aí tramitava, de mesmo objetivo central e, rigorosamente, pertinente à mesma matéria. Diante dessa rejeição, a proposta contida na Mensagem nº 021/06, enviada pelo Poder Executivo, passou a configurar-se, indiscutivelmente, como afrontamento e agressão ao mandamento do parágrafo 4º, do artigo 64 da Carta do Estado do Paraná que preceitua *a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa*.

Diante do exposto, não há qualquer sombra de dúvida que neste ano de 2006, o trato de tal assunto está indiscutivelmente vedado ao Poder Legislativo do Estado do Paraná, não havendo, portanto, nenhuma razão para que a propositura da Mensagem nº 021/06, agora inócua e totalmente desprovida de objetivo, permaneça nesta Casa de Leis.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

OFÍCIO Nº 24/06-GL/PMDB

Curitiba, 23 de maio de 2006.

Senhor Presidente:

Venho, por intermédio do presente, indicar o Deputado José Maria Ferreira, da Bancada do PMDB, para fazer parte da Comissão Especial que irá visitar as fazendas invadidas no Oeste do Paraná.

Sendo o que se apresenta para o presente momento, aproveito a oportunidade para renovar votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

(a) ANTONIO ANIBELLI

Líder da Bancada do PMDB

## Indicação

INDICAÇÃO Nº 013/06

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de

suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja aprovada a presente Indicação Legislativa, com sugestão à Copel de que, após a sua aquisição e possível transformação da UEG - Usina Termelétrica de Araucária em "flex" ou bicomcombustível, conforme divulgações recentes, seja adotado como combustível alternativo o álcool carburante.

Tal sugestão funda-se na hipótese, muito provável, de que o gás boliviano torne-se caro e inviabilize o funcionamento originário da referida indústria, obrigando o uso de combustível alternativo. Em assim sendo, nada mais justo que o álcool carburante seja o escolhido, em função da geração de milhares de novos empregos, geração de mais impostos, além de ser ecologicamente mais apropriado - por tratar-se de energia renovável.

Sala das Sessões, em 23.05.2006.

(a) RENI PEREIRA

## Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1247

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 261/06, Mensagem nº 36/06, de autoria do Poder Executivo, cessão de uso do imóvel no prazo de 30 (trinta) anos ao município de Piraquara.

Sala das Sessões, em 23.05.06.

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO Nº 1268

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER arquivamento do Projeto de Lei nº 749/05, que retifica o memorial das divisas dos municípios limítrofes ao município de Guaraniaçu, criado pela Lei nº 790, de 27 de novembro de 1951, em razão de não haver mais interesse na tramitação do mesmo.

Sala das Sessões, em 23.05.06.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 1292

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a retirada do Projeto de Lei nº 149/06 de minha autoria, item 13 da Ordem do Dia, por sete Sessões.

Sala das Sessões, em 23.05.06.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 1293

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a retirada do

Projeto de Lei nº 150/06 de minha autoria, item 14 da Ordem do Dia, por sete Sessões.

Sala das Sessões, em 23.05.06.

(a) ANDRÉ VARGAS

#### REQUERIMENTO Nº 1282

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o soberano plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, da aprovação para que o Projeto de Lei nº 426/05, seja recolocado em pauta para votação.

O referido projeto tem como objeto altera o parágrafo único do artigo 17 da Lei nº 11.713/1997 - Projeto de Ensino.

Sala das Sessões, em 23.05.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

#### REQUERIMENTO Nº 1298

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja marcada Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 23.05.06.

(a) MILTINHO PUPIO

#### REQUERIMENTO Nº 1269

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar, pelo falecimento do empresário Sr. Antônio Roque Thomazi, ocorrido dia 19 de maio corrente, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 23.05.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Faleceu nesta Capital, dia 19 de maio corrente, aos 75 anos de idade, o empresário, Antônio Roque Thomazi, que era viúvo de Rejane Thomazi. Deixou duas filhas: Danielle e Edenise.

O passamento de Antônio Roque veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre eles este Parlamentar. Antônio Roque Thomazi era filho de Armelindo Thomazi e Ernesta Thomazi. O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus parentes e amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família e a todos que com ele conviviam.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca desmedida são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

Tombou mais um lutador. A morte, no seu perambular incessante, não respeita nem fortes nem fracos. Assim, caiu o prezado amigo Antonio Roque,

levando consigo, entretanto, a certeza de haver lutado com denodo e com altivez, o combate da honra e do dever.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Thomazi, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 1287

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Kiaki Narazaki, com 74 anos de idade, no último dia 14 do mês de maio.

O Sr. Kiaki deixa viúva a Sra. Shimakoi Narazaki, e os seguintes filhos: Jorge, Ryotaro Roberto e Namiko Narazaki e nove netos.

À família enlutada as condolências desta Casa.

Sala das Sessões, em 23.05.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 1290

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas legais e na forma regimental, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de voto de profundo pesar à família Dresch, de Curitiba, São José dos Pinhais e Marechal Cândido Rondon, neste Estado, pelo falecimento do Sr. Alberto Dresch, na última sexta-feira.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este Parlamentar, respeitando os sentimentos, diante da consternação da família, manifesta solidariedade rogando ao Altíssimo força e resignação para suportar a perda irreparável.

Que as saudades possam se superadas como a grata lembrança do exemplo de amor à família, ao trabalho e à comunidade que o Sr. Alberto Dresch deixou como esposo, pai, avô, agricultor, professor primário e líder comunitário.

Como líder rural foi um dos grandes agentes motivadores para a criação do Sindicato Rural Patronal de Marechal Cândido Rondon, sendo depois de sua fundação, por vários anos integrante do seu quadro diretivo, onde exerceu suas funções com denodo e empenho.

Na mesma condição de líder rural, foi também um dos principais personagens na criação e fundação da Cooperativa Agrícola Mista Rondon Ltda, atualmente Cooperativa Agroindustrial Copagrill, na cidade de Marechal Cândido Rondon, constando no rol dos associados-fundadores com a matrícula nº 23.

Caso aprovado o presente requerimento, solicita-se seja dado ciência do mesmo à família enlutada, na pessoa da Sra. Irena Dresch, via correspondência, a ser encami-

nhada à Avenida Gonzáles Pechotte, 381 - Jardim Aristocrata - CEP: 83.030-200 - São José dos Pinhais-PR.

Sala das Sessões, em 23.05.06.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 1272

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa, seja endereçado voto de congratulações à atleta Márcia Bonfim Vieira, destaque nacional da seleção brasileira para-olímpica de goalball e única representante do Sul do país.

Márcia Bonfim Vieira, de 27 anos, é um dos destaques nacionais de goalball, esporte exclusivamente para ser praticado por deficientes visuais. Ela perdeu a visão ao quinze anos e hoje compete para conquistar vaga na sua segunda para-olimpíada.

Márcia é membro da seleção brasileira que vai disputar o mundial em Spartanburg, Estados Unidos, em junho.

O torneio reúne vinte países e é organizado pela IBSA (International Blind Sports Association).

Márcia faz parte da equipe da Adevimar - Associação dos Deficientes Visuais - que representa Maringá no Campeonato Regional Sul de Goalball.

A atleta é ala direita e uma das mais eficientes no fundamento defesa, mas seu forte é o ataque, consequência de muito treino.

Márcia Vieira foi destaque da seleção brasileira nos Jogos Panamericanos, em São Paulo, ganhando a medalha de prata.

Em 2003 foi convocada para o Mundial do Canadá, em Quebec, quando ficou em segundo lugar e assegurou vaga para a para-olimpíada de Atenas.

Hoje, seu objetivo é participar da sua segunda para-olimpíada.

Sala das Sessões, em 23.05.06.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 1278

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, da aprovação e envio de votos e congratulações a Dom Orlando Brandes, novo Arcebispo de Londrina, Estado do Paraná.

Tal congratulação é merecida por sua nomeação ocorrida na data de 10 de maio de 2.006, pelo Papa Bento XVI.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao homenageado no endereço: Rua Dom Bosco, nº 145, Jardim Dom Bosco, Londrina-PR, Caixa Postal nº 872, CEP: 86.060-340.

Sala das Sessões, em 23.05.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

#### REQUERIMENTO Nº 1279

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, da aprovação e envio de votos e congratulações a Dom Albano Bortolletto Cavallin, ex-Arcebispo de Londrina, Estado do Paraná.

Tal congratulação é merecida por sua dedicação e excelentes trabalhos realizados à comunidade londrinense, de 09 de maio de 1.992, até 09 de maio de 2.006, quando deixou sua Missão Evangelizadora por motivo de seus 75 anos de idade civil.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao homenageado no endereço: Rua Dom Bosco, nº 145, Jardim Dom Bosco, Londrina-PR, Caixa Postal nº 872, CEP: 86.060-340.

Sala das Sessões, em 23.05.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

#### REQUERIMENTO Nº 1280

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, da aprovação e envio de votos e congratulações à Sra. Ana Pagamunici, Presidente da Sismmar - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Maringá e a seus respectivos funcionários. Tal congratulação é merecida, pela luta incansável e constante em favor da manutenção e da liberdade sindical.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência aos interessados no endereço: Rua Neo Alves Martins, nº 1334, Vila Operária, Maringá - Paraná - CEP: 87.050-110.

Sala das Sessões, em 23.05.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

#### REQUERIMENTO Nº 1281

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, da aprovação e envio de votos e congratulações ao Sr. Toni Reis, Presidente do Grupo Dignidade e aos seus respectivos funcionários, pela luta incansável e constante contra a homofobia.

Tal congratulação é merecida, pela realização e comemoração no dia 17 de maio, do Dia Mundial Contra a Homofobia.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao homenageado no endereço: Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 366, sl. 47, Centro - Curitiba-PR. Caixa Postal nº 1.995, CEP:80.011-970.

Sala das Sessões, em 23.05.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

## REQUERIMENTO Nº 1294

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, os adiante nominados, Deputados com assento nesta Casa de Leis, REQUEREM à Mesa seja enviado voto de congratulações à nova Diretoria Executiva da Rede Feminina de Combate ao Câncer do Hospital Erasto Gaertner.

Presidente: Sra. Janice Gastaldon  
Vice-Presidente: Sra. Cleide Rando  
Tesoureira: Sra. Karla Hubie  
Vice-Tesoureira: Sra. Dilce Reinert  
Secretária: Sra. Nilce Santini  
Vice-Secretária: Sra. Rosicler Durigan.

A Rede Feminina de Combate ao Câncer fundada em 1954, faz parte da História do Paraná e é reconhecida tanto no Brasil como no exterior, sendo que os serviços prestados pelas voluntárias são indispensáveis no auxílio direto aos pacientes internados.

Ao doarem sua energia e sua generosidade, as 325 voluntárias da Rede Feminina de Combate ao Câncer, estão respondendo a um impulso humano básico: o desejo de ajudar, de colaborar, de compartilhar alegrias, de aliviar sofrimentos, de melhorar a qualidade de vida em comum. Compaixão e solidariedade, altruísmo e responsabilidade são sentimentos profundamente humanos e são também virtudes cívicas.

“Nas sociedade em que há forte solidariedade social, o desenvolvimento econômico é mais fácil. A parcela de contribuição individual, em favor do bem coletivo, faz parte dos valores positivos do homem contemporâneo, independente de raça, credo ou língua. Só dessa forma a solidariedade torna-se universal, promovendo atos de dignidade humana, união e integração social”. Esta tem sido a crença e o trabalho das voluntárias da Rede Feminina de Combate ao Câncer.

A posse da nova Diretoria Executiva, será no dia 31 de maio de 2006.

Sala das Sessões, em 23.05.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO  
CIDA BORGHETI

## REQUERIMENTO Nº 1297

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia, a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de louvor e congratulações ao *Collegium Cantorum* Coro Feminino, pela apresentação no dia 24 de maio, do concerto Romantismo nas Vozes Femininas, na pessoa da Maestrina Helma Haller, Regente e Diretora Artística, como também a todas integrantes do coro.

Sala das Sessões, em 23.05.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Louvar nossos artistas durante todos os dias do ano, é lembrar aquilo que somos, e sonhar aquilo que poderemos ser, enquanto povo civilizado!

*Collegium Cantorum*, Coro feminino foi formado durante o ano de 2000 pela Maestrina Helma Haller, sua idealizadora, diretora musical e artística. É um grupo independente, de aproximadamente vinte integrantes voluntárias. Tem como objetivo principal divulgar a música coral de todos os tempos, com ênfase na música coral brasileira bem como atender a necessidade de reciclagem, crescimento e retorno do próprio trabalho para regentes de coro e educadores na área musical. O concerto inaugural do “*Collegium Cantorum* - Coro Feminino” aconteceu no dia 28 de novembro de 2000, com a presença de compositores paranaenses homenageados, entre estes Pe. José Penalva e Henrique de Curitiba. Desde então, o grupo tem se dedicado a pesquisar, interpretar e divulgar o repertório coral brasileiro para a sua formação, tendo inclusive estreado várias obras contemporâneas, ou reestreado outras.

Desde o início o conjunto tem sido convidado a participar em importantes Festivais de Música do país. Em 2005 teve o privilégio de ser selecionado como o único coro das Américas, para representar o Brasil no “4º Internationale Festtage Geistlicher Chormusik”, na Alemanha. Na Europa ainda integrou o “Christliche Akademiechor und Orchester Stuttgart”, com o qual realizou concertos na Suíça sob a direção da maestrina Monica Vasques, além de apresentar seu repertório brasileiro “a capella” para uma platéia de cerca de 7.000 pessoas naquele país.

O *Collegium Cantorum* ainda se destaca pelo seu trabalho de pesquisa da cultura brasileira, como pode ser conferido nos seus projetos artísticos.

Diretoria artística:

Regência: Maestrina Helma Haller  
Preparação Vocal: Soprano Ana Vargas  
Regente Assistente: Ana Cristina Lago  
Administração:

Coordenadora: Maria Isabel Oliveira  
Gerente de Projetos: Maria Herrmann Destefani

## REQUERIMENTO Nº 1273

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Diretor-Presidente da Sanepar - Companhia de Saneamento do Paraná, Sr. Stênio Sales Jacob, solicitando esclarecimentos em relação a denúncias.

Sala das Sessões, em 23.05.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 1275

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, solicitando informações do Comando Geral da Polícia Militar do Paraná, em relação a irregularidades no



pagamento pelo Fundo de Assistência à Saúde (FAS-PM) para atender o bombeiro aposentado Isael Moreira Gonçalves, que, conforme matéria de jornal, ainda não está recebendo os recursos devidos.

Sala das Sessões, em 23.05.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1276

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Diretor-Presidente do Paraná Esporte, Sr. Raimundo Milton Alves de Souza, solicitando que seja verificada a possibilidade de atender ao pedido da Câmara Municipal de Miraselva.

Sala das Sessões, em 23.05.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1277

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado do Trabalho Emprego e Promoção Social, Exmo. Sr. Emerson José Nerone, solicitando especial atenção à solicitação do Curso União - Associação Educacional Paulo Freire.

Vale ressaltar que a referida instituição é uma organização não governamental, sem fins lucrativos que tem como objetivo principal a inclusão de jovens carentes oriundos de escolas públicas, focando principalmente a preparação para o vestibular.

Sala das Sessões, em 23.05.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1284

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Sanepar solicitando explicações sobre denúncia apresentada pela Apro-mac - Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte ao Conselho Estadual do Meio Ambiente, sobre vazamento de esgoto na Estação de Tratamento do Rio Belém, operado pela Sanepar.

Sala das Sessões, em 23.05.06.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 1288

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Chefe da Casa Civil do Estado do Paraná, solicitando informações a respeito do anda-

mento dos processos protocolados sob números 5815004, de 17.10.03 e 5814996, de 13.10.03:

- se os pedidos foram atendidos pelos órgãos competentes;

- quais as providências adotadas pelos órgãos competentes;

- se os documentos solicitados foram encaminhados aos requerentes;

- caso providências não tenham sido adotadas e os documentos solicitados não tenham sido encaminhados, indicar as razões.

Por fim, requer que sejam respondidos aos requerentes os pedidos formulados nos processos supramencionados.

Sala das Sessões, em 23.05.06.

(a) TADEU VENERI

#### JUSTIFICATIVA:

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente nos artigos 55 e artigo 90, inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná. Segundo os autores dos pedidos protocolados sob os números já indicados, os pedidos ainda não foram respondidos quando se completam três anos.

Estas são as razões do pedido.

#### REQUERIMENTO Nº 1296

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, pedido de informações ao Secretário-Chefe da Casa Civil, Dr. Rafael Iatauro, e ao Governador do Estado, Sr. Roberto Requião quanto a possível abertura de um escritório de representação do Paraná na Venezuela:

1 - qual a finalidade da criação do escritório? Justifica-se a manutenção de uma estrutura administrativa do Estado permanentemente em outro país? Não seria menos dispendioso arcar com as despesas eventuais de viagens quando necessário?

2 - qual o custo inicial para a instalação do escritório de representação do Paraná na Venezuela? (locação ou aquisição de imóvel, móveis, equipamentos, material de escritório, etc).

3 - qual o custo mensal para manutenção do escritório, incluindo funcionários, materiais e demais despesas?

4 - O Governo da Venezuela ou província daquele país também irá instalar um escritório de representação no Estado do Paraná?

5 - quem será o representante do Paraná e quantos funcionários serão necessários para o funcionamento do escritório? Haverá contratação?

Sala das Sessões, em 23.05.06.

(aa) ADEMAR TRAIANO, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, LUIZ CARLOS MARTINS, BARBOSA NETO, RENI PEREIRA e ELIO RUSCH.

## Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 283/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a rodovia que liga o município de Braganey ao município de Campo Bonito, constituída por 07 (sete) segmentos, com início na PR-573 e com término na entrada da cidade de Campo Bonito.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.05.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

### JUSTIFICATIVA:

A presente proposta vem contemplar um anseio que há muito tempo a população dos municípios de Braganey a Campo Bonito vem reivindicando, pois trará imensos benefícios às localidades atingidas.

A estadualização da rodovia que liga o município de Braganey a Campo Bonito é parte integrante do compromisso do Governo Roberto Requião na área de transportes, que nos últimos anos vem traçando grandes esforços para atender aos pequenos, médios e grandes agricultores de todas as regiões paranaenses, buscando escoar as safras de forma condizente e operacional, além de interligar aquelas áreas produtivas, vias de acesso estas, que hoje encontram-se em situação lastimável.

Essa rodovia é um ente fundamental para a malha rodoviária estadual, sendo que os municípios envolvidos, Braganey a Campo Bonito, não possuem condições de procederem uma perfeita manutenção do trecho.

Nestas condições, conclamamos a todos os nobres Pares desta Assembléia Parlamentar, manifestarem seus apoios à proposição em epígrafe, por tratar-se de matéria de elevado cunho meritório.

PROJETO DE LEI Nº 284/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a rodovia que liga o município de Iguatu ao município de Anahy, constituída por 03 (três) segmentos, com início no perímetro urbano do município de Iguatu e com o término no calçamento poliédrico que liga Anahy a Bela Vista.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.05.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

### JUSTIFICATIVA:

A presente proposta vem contemplar um anseio que há muito tempo a população dos municípios de

Iguatu e Anahy vem reivindicando, pois trará imensos benefícios às localidades atingidas.

A estadualização da rodovia que liga o município de Iguatu e Anahy é parte integrante do compromisso do Governo Roberto Requião na área de transportes, que nos últimos anos vem traçando grandes esforços para atender aos pequenos, médios e grandes agricultores de todas as regiões paranaenses, buscando escoar as safras de forma condizente e operacional, além de interligar aquelas áreas produtivas, vias de acesso estas, que hoje encontram-se em situação lastimável.

Essa rodovia é um ente fundamental para a malha rodoviária estadual, sendo que os municípios envolvidos, Iguatu e Anahy, não possuem condições de procederem uma perfeita manutenção do trecho.

Nestas condições, conclamamos a todos os nobres Pares desta Assembléia Parlamentar, manifestarem seus apoios à proposição em epígrafe, por tratar-se de matéria de elevado cunho meritório.

PROJETO DE LEI Nº 286/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Dr. Paulo Rogério Mudrovitsch de Bittencourt.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.05.06.

(a) CIDA BORGHETTI

### JUSTIFICATIVA:

O Dr. Paulo Bittencourt nasceu em Curitiba, em 04 de dezembro de 1953. De 1987 a 2001, o Dr. Paulo Bittencourt foi Chefe dos Serviços de Neurologia e Neurofisiologia do Hospital Nossa Senhora das Graças.

Fundou em 1987 a Unidade de Neurologia Clínica Ltda, da qual é Diretor-Presidente. É membro do Corpo Clínico dos Hospitais Santa Cruz (desde 1982) e Vita (desde 2001) Formou-se em medicina na Universidade Federal do Paraná, em 1976.

Foi pesquisador clínico e residente em Medicina Interna, Neurologia e Farmacologia Clínica em Londres, de 1977 a 1982, no National Hospital for Neurology and Neurosurgery. É PhD em Neurologia (Farmacologia Clínica) pela University of London, em 1981, revalidado pela USP em 1982.

Em 1982 foi professor auxiliar de neurologia da Universidade Federal da Bahia. Em 1991, foi professor titular de clínica médica (doenças do sistema nervoso), Universidade Federal do Paraná. De 1986 a 1990, foi Presidente da Liga Brasileira de Epilepsia.

De 1989 a 1993, foi o 1º Vice-Presidente da International League Against Epilepsy. Na Liga também foi Coordenador da Comissão de Doenças Tropicais (1989-

93 e 1993-97), membro das Comissões de Planejamento (1989-93 e 1993-97), Drogas Antiepilépticas (1993-97) e de Estratégias Terapêuticas (1997-2001).

Professor visitante de Universidades na Inglaterra, País de Gales, Cincinnati, New York, Ohio e Califórnia.

Possui mais de 130 artigos publicados em revistas médicas, 6 livros, 44 capítulos de livros, 60% internacionais e indexados, 48 folhetos e artigos em jornais da mídia leiga, sociedade médica ou de outras profissões ligadas à saúde. 303 apresentações (até 1999) e congressos médicos em cinco continentes.

Fundador, editor, revisor, “ad hoc” e membro do Conselho Editorial de Revistas Neurológicas no Brasil, Colômbia, México, USA, Escandinávia e Inglaterra.

Recebeu 16 prêmios, bolsas de estudos ou de viagem, moções de reconhecimento por mérito profissional ou científico, recebidos em vários países, solo ou em conjunto com membros de sua equipe.

Em outubro de 2005, o Dr. Paulo Bittencourt apresentou, em Newport Beach, Los Angeles, os resultados iniciais do tratamento de mobilização de células-tronco realizado nos primeiros 14 pacientes com doenças inflamatórias e imunológicas, a maioria com esclerose múltipla.

Pioneiro internacional dessa forma de tratamento, o Dr. Paulo Bittencourt esteve reunindo os detalhes de vários tratamentos celulares com representantes de equipes que fazem trabalho semelhante na Europa, Estados Unidos e Canadá. Em razão do tratamento mencionado causar poucas complicações, essa apresentação dos resultados curitibanos gerou muita expectativa internacional.

A dedicação do Dr. Paulo Bittencourt à medicina vem proporcionando melhor qualidade de vida para muitas pessoas.

PROJETO DE LEI Nº 287/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Exmo. Sr. Félix Fischer, Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.05.06.  
(a) CIDA BORGHETTI

PROJETO DE LEI Nº 288/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a incluir no Programa Luz Fraterna, as instituições sem

fins lucrativos e econômicos, com sede no Estado do Paraná.

§ 1º Entende-se como instituições sem fins lucrativos e econômicos, como as Associações de Bairro e as demais entidades que desempenham atividades sociais aos cidadãos paranaenses, de forma desinteressada e sem cobrar, de forma direta e indiretamente, nenhum valor para serem beneficiados.

§ 2º As instituições sociais para receberem o benefício do Programa devem ter sido declaradas de Utilidade Pública Estadual e atender aos requisitos indicados nos incisos III e IV o artigo 2º da Lei Estadual nº 14.087/2003.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.05.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

Apoiamento:

Pedro Ivo Ilkiv.

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela, tem por objetivo único, a inclusão no Programa Estadual Luz Fraterna, às instituições sem fins lucrativos e econômicos, com sede no Estado do Paraná.

A Copel teve em 2005 o maior lucro líquido da sua história fechando o ano com um saldo positivo de R\$ 502,4 milhões - resultado 34% superior aos R\$ 374,2 milhões apurados no exercício de 2004.

O balanço da Copel informa que a receita operacional líquida atingiu R\$ 4.85 bilhões em 2005, com aumento de 23,6% em relação ao ano anterior. Essa elevação é resultado de um crescimento de 3,6% no consumo de energia associado ao repasse parcial de índices de reajuste autorizados pela Aneel e à queda nos níveis de inadimplência, que em maio de 2003 correspondia a 5,4% da receita e que estava reduzida a 1,8% em dezembro.

O lucro operacional (R\$ 728 milhões) foi 21,2% maior que o registrado em 2004 enquanto as despesas operacionais - de R\$ 4.034 bilhões - cresceram 21,4%.

Tal elevação reflete principalmente aumento de 49% no item “energia para revenda”, consequência da implantação do sistema de *pool* que comercializa centralizadamente, em sistema de leilão, toda eletricidade produzida no país.

Uma empresa pública não existe para dar lucro, mas sim no máximo, para dar superávit que é reinvestido à sua população beneficiária. A Copel vem dando lucro e muito, já há vários anos, como demonstram os dados da própria empresa elencados acima.

Por isso, a Copel pode absorver, sem muito custo, as despesas da aplicação desta nova lei.

Sendo assim, espera-se o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

Sou em Cristo!

PROJETO DE LEI Nº 289/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Foi dispensada por um prazo de nove meses a cobrança de ICMS incidente sobre o consumo de energia elétrica utilizada nas atividades avícolas do Estado do Paraná.

Parágrafo único. Compreende-se por atividade avícola a criação das aves, sua industrialização e a produção de ovos.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.05.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

**JUSTIFICATIVA:**

A grave crise que afeta a indústria avícola brasileira por conta de surtos de Influenza Aviária em diversos países da Ásia e União Européia e da saturação de carne de frango no mercado interno (devido ao cancelamento de importações naqueles países), torna-se necessária a criação de instrumentos capazes de garantir os atuais níveis de empregabilidade e de reestruturação do parque industrial deste setor no Paraná, pois a indústria avícola paranaense tem um lugar de destaque na economia do país.

Vale dizer que hoje o setor emprega de forma direta cerca de 50 mil trabalhadores e outros 500 mil indiretamente. O Estado ocupa atualmente a primeira posição no ranking de produção de aves de corte e a segunda colocação nacional na exportação de carnes de aves, correspondendo a 27,63% do total de carne de frango brasileira destinada ao mercado externo. Da produção paranaense de aves de corte, 41,06% são destinados para exportação.

O setor avícola paranaense, formado por mais de 30 indústrias e inúmeros criadores, tem como custo mais relevante na produção e no abate de aves, a energia elétrica, que corresponde a 5% sobre o custo final do frango produzido.

A atividade familiar é a que representa a maior parte dos criadores, e em muitos casos é a única fonte de renda da família. Essas famílias estão sofrendo os reflexos da crise, uma vez que a drástica redução na produção de frango, comprometeu seriamente o desenvolvimento da atividade.

PROJETO DE LEI Nº 290/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vera Cruz do Oeste, com sede no município de Vera Cruz do Oeste e foro na comarca de Matelândia, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.05.06.

(a) ELIO RUSCH

**JUSTIFICATIVA:**

Honrosamente submeto à apreciação de V. Exas. o projeto de lei que pretende declarar de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vera Cruz do Oeste, neste Estado.

A citada entidade classista é uma entidade sem fins lucrativos, com o propósito de promover a coordenação, proteção e representação legal da categoria, através de uma ampla diretriz de objetos e prerrogativas em favor dos trabalhadores rurais, descrita no texto estatutário da entidade, que acompanha a presente matéria propositiva.

Considerando os nobres propósitos dessa entidade, é que conclamo aos ilustres Pares o apoio e a conseguinte aprovação da presente proposição de lei.

PROJETO DE LEI Nº 291/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Conselho Educacional da Convenção Batista Paranaense, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.05.06.

(a) EDSON PRACZYK

**JUSTIFICATIVA:**

O Conselho Educacional da Convenção Batista Paranaense, é uma associação civil, de caráter educacional religiosa-filantrópica, com fins não-econômicos que tem por finalidade criar e manter Instituições de Ensino Superior, as Áreas das Ciências Humanas e Artísticas, ministrando cursos de graduação, pós-graduação e extensão, visando à formação de pesquisadores, especialistas em áreas específicas de suas atividades, campos de conhecimento e atuação e projetos culturais de bem-estar social.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que declara de Utilidade Pública Estadual o Conselho Educacional da Convenção Batista Paranaense do município de Curitiba.

PROJETO DE LEI Nº 292/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica proibido no Estado do Paraná a instalação de postos de venda de combustíveis, derivados de petróleo e produtos inflamáveis em shopping-centers, hipermercados, supermercados e estabelecimentos con-

gêneros, que se utilizem do mesmo CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas) ou da mesma Inscrição Estadual, na forma e nas razões que especifica.

Art. 2º Os shopping-centers, hipermercados, supermercados e estabelecimentos congêneres que já possuem no Estado do Paraná postos de venda de combustíveis, derivados de petróleo e produtos inflamáveis terão prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação desta lei para regularizar sua situação.

§ 1º Na forma da normatização da Agência Nacional do Petróleo - ANP, o posto revendedor poderá manter em seu estabelecimento outras atividades comerciais acessórias sem, contudo, descaracterizar sua atividade principal de revendedor varejista de combustíveis e lubrificantes.

§ 2º A prova de atividade especializada de revenda de combustíveis e lubrificantes automotivos far-se-á por meio de declaração de atividade individual, bem como do cadastro dessa atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos na Inscrição Estadual, conforme Lei nº 14.701 de 25 de maio de 2005 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

Art. 3º A concessão de alvará de funcionamento nos Municípios do Paraná fica obrigatoriamente condicionada à existência de razão social específica para comercialização de combustíveis, derivados de petróleo e produtos inflamáveis junto às Secretarias da Fazenda Estadual e Federal.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.05.06.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

Concorrência desleal:

Hipermercados gozam de um mecanismo de compensação tributária, o que dá a esses maior competitividade no mercado, ou melhor, uma vantagem desleal. A legislação tributária prevê a cobrança antecipada do ICMS sobre os combustíveis, retido na refinaria, inclusive a parcela que incide sobre a comercialização dos postos. O mecanismo, chamado de compensação tributária, tem por objetivo facilitar a cobrança e a fiscalização, já que é mais simples vigiar algumas poucas grandes empresas do que os cerca de 30 mil postos.

Para fazer esta cobrança antecipada, os governos estaduais estipulam um valor, denominado pauta, e o imposto é recolhido com base nesta pauta, independentemente dos preços praticados pelo posto. Se a pauta estabelecida for um valor superior ao praticado de fato, a diferença entre o valor pago e o efetivamente devido fica como crédito para o estabelecimento comercial.

No caso dos postos de combustíveis, este crédito não adianta para nada, porque não existem outros produtos nos quais o valor poderia ser compensado. Já para os

supermercados, vender combustível por um valor bem mais baixo do que a pauta é um grande negócio: o combustível barato é um chamariz para o consumidor, além de gerar créditos que podem ser compensados em qualquer outro produto comercializado pela empresa, como gêneros alimentícios ou itens de higiene e limpeza. Desta forma, os hipermercados ganham de dois lados: atraem mais clientes para suas lojas, em função do combustível barato, e recolhem menos impostos sobre outros produtos. Assim constata-se o seguinte: o consumidor deixa de frequentar o comércio de vizinhança para fazer compras no supermercados, e aproveita para abastecer. Com isso, além de o comércio sofrer as consequências, o desemprego aumenta. Só os supermercados ganham com isso. Há estudos que comprovam que num raio de até trinta quilômetros os postos sofrem com a concorrência desleal.

Alguns estabelecimentos colocam funcionários não especializados para atender consumidores nos postos, sem treinamento adequado, e, muitas vezes, sem o pagamento dos direitos trabalhistas, o que torna essa prática - além de ilegal - ainda mais desleal do ponto de vista da concorrência no mercado.

Há de se ressaltar ainda a importância dos postos de combustíveis sob o prisma da geração de empregos. Atualmente existem no Paraná cerca de 2500 postos, que são responsáveis pela geração de 32 mil empregos diretos. Em Curitiba são 352 postos que empregam 4 mil funcionários. Além de gerar empregos, esses estabelecimentos são uma grande fonte de tributos. No Paraná cerca de 30% da arrecadação do ICMS vem do setor dos combustíveis.

Assim garantir uma concorrência leal, aumentar o reconhecimento de impostos sem alterar alíquotas faz desse projeto um instrumento oportuno e viável em nosso Estado.

## ***Grande Expediente:***

### ***Homenagem ao Sindicato da Indústria de Material Plástico do Estado do Paraná***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O Grande Expediente de hoje está reservado ao Sindicato da Indústria de Material Plástico do Estado do Paraná.

Vamos fazer uma inversão de pauta e deixamos o Pequeno Expediente para *posteriori*, para que a Assembleia Legislativa do Paraná, possa fazer essa pequena homenagem aos trinta anos do Sindicato da Indústria de Material Plástico do Estado do Paraná.

Todos os Parlamentares desta Casa sabem da importância que esse setor representa para a economia e para a geração de empregos no nosso Estado. Então, propusemos essa simples homenagem manifestando o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, que tem ampliado muito, apesar da concorrência desleal de outros Estados em relação

ao ICMS. Inclusive, estivemos com o Presidente Dirceu, buscando alternativas na Secretaria das Finanças para que possamos diminuir a carga tributária em cima do setor, para que possamos ser mais competitivos e gerarmos mais emprego e mais renda no nosso Estado.

Então, Dirceu Galleas, essa homenagem é muito simples, mas volto a afirmar: é o reconhecimento do Poder Legislativo para uma instituição, para um segmento que faz muito para o nosso Estado, que gera divisas, gera empregos e terá sempre um apoio nesta Casa, na busca de nos tornarmos mais competitivos e darmos condições para que o setor se desenvolva cada vez mais.

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Deputado Ratinho Júnior, para que proceda à leitura dos termos da homenagem a ser conferida ao Sindicato da Indústrias de Material Plástico do Estado do Paraná.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Ratinho Júnior)**

**(Lê):**

*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.*

*Moção*

*A Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por proposição do ilustre Deputado, Presidente desta Casa, Hermas Eurides Brandão e aprovada pelo douto Plenário, manda lavrar nos Anais desta Casa de Leis, votos de congratulações e aplausos aos trinta anos de fundação do Sindicato da Indústria de Material Plástico do Estado do Paraná.*

*Curitiba, 23 de maio de 2006.*

## **Orador**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Convido o Sr. Dirceu Galleas para receber desta Presidência, a Moção de homenagem aos trinta anos do Sindicato da Indústria de Material Plástico do Estado do Paraná, a escultura Pinhão de Ouro, símbolo maior do nosso Estado.

Solicito ao Deputado Nelson Justus, que já foi Secretário da Indústria e Comércio, que esteja conosco para proceder à entrega dessa homenagem.

Tenho a satisfação de conceder a palavra ao Sr. Dirceu Galleas, Presidente da Simpep, para se pronunciar.

**Sr. Dirceu Galleas (Presidente da Simpep)**

**O SR. DIRCEU GALLEAS**

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Hermas Brandão; Exmo. Sr. 1º Secretário, Deputado Ratinho Júnior; Exmo. Sr. Deputado Geraldo Cartário, 2º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. **(Lê):**

“O Simpep tem uma trajetória de trinta anos na prestação de serviços, na discussão das grandes questões das empresas de transformação e no trabalho em defesa

do setor plástico paranaense, sempre em sintonia com as entidades nacionais ligadas ao nosso segmento.

Nos últimos anos, a maior luta tem sido a valorização da atividade produtiva, despertar nas autoridades a importância do empresariado nacional, que apesar todos os empecilhos impostos pelo Governo, os empresários temem em ousar ainda mais, reunir forças para investir e continuar produzindo, gerando empregos, recolhendo pesados tributos, gerando a máquina da produção e contribuindo para o desenvolvimento do nosso país.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ser empresário em nosso país está ficando cada vez mais uma atividade de alto risco, porque o país está de cabeça para baixo, privilegiando tudo o que não é produtivo. Antigamente os bancos tinham como função essencial financiar a produção, incentivar o crescimento através de financiamentos, acreditando e correndo o risco junto com os empresários. Hoje eles fogem das aplicações na área produtiva e de fomento, porque estão com sua lucratividade garantida nas aplicações e no dinheiro que injetam na máquina governamental.

Esse desvio de função tem engessado o nosso crescimento e provocado inúmeras distorções na economia de nosso país. Infra-estrutura, segurança, saúde, educação, investimento em tecnologia e todos os demais fatores recebem tratamento inadequado por parte de sucessivos governos. Investe-se mais em publicidade do que em atividades que resultariam em maior benefício para a população.

Com isso, senhoras e senhores, estamos implantando uma cultura equivocada em nosso país que privilegia o rendimento financeiro e inibe a produção. Vende a falsa idéia que estamos vivendo num paraíso, quando estamos na verdade, sacrificando o nosso futuro. Destruindo a esperança das pessoas. E quando a esperança se esvai, Srs. Deputados, abrimos a porta da violência, da corrupção e estabelecemos a cultura do vale tudo por dinheiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais autoridades, convidados e imprensa, agradecemos esta homenagem que será sempre motivo de orgulho para o nosso setor e lançamos um apelo aqui na Casa do Povo, cujos Deputados têm sempre demonstrado sensibilidade para as questões ligadas à produção e ao empresariado paranaense. Cada vez mais precisaremos do apoio e da compreensão dos Srs. Deputados para que a chama da produção não se apague, criando um ambiente encorajador para os empresários continuarem exercitando sua vocação de geradores de emprego e confiança. Uma carteira assinada é o melhor passaporte para a cidadania, Srs. Deputados.

Precisamos reinventar o trabalho produtivo em nosso país, Sras. e Srs. Deputados.

Muito obrigado!”

Gostaria também, em nome de todo setor plástico, agradecer publicamente ao Deputado Hermas Brandão, Presidente desta Casa, que sempre esteve ao lado do setor, em busca, não de oportunidades, mas em busca da necessidade real do nosso Estado.

Hoje, abrindo, Sr. Presidente - se me permite aqui no discurso pré-determinado -, o Estado do Paraná está sendo lesado, está sendo roubado, as nossas empresas de plásticos estão sendo atraídas por estados outros, que não possuem uma cultura competente e empresários competentes como temos aqui no Estado do Paraná; estão sendo atraídas por incentivos fiscais, basicamente ICMS.

Um pedido que fazemos, o setor de plástico, além de produtivo, o Paraná foi pioneiro, já foi um dos primeiros. Hoje, estamos em terceiro, quarto lugar. Estados como da Bahia, sem cultura nenhuma, sem pioneirismo nenhum, estão atraindo as empresas do nosso Estado em benesses de financiamentos e ICMS.

Precisamos, mais do que nunca, Srs. Deputados, do apoio da política paranaense, para que não percamos mais empresas, já perdemos algumas e estamos em vias de perder outras. Não queremos benefícios, não queremos regalias, não queremos nada. Competência nós temos. Queremos somente uma forma de concorrência leal. E o Estado do Paraná tem isso de sobra; o que precisamos é que realmente nos igualem aos demais estados. Queremos uma livre competência de negociação e uma livre concorrência, não esse absurdo.

Gostaria também de convidar a todos os Srs. Deputados para uma solenidade que faremos no dia 07, às 20 horas, a finalização do 4º Fórum Sul Brasileiro do Plástico, que este ano traz ilustres como Joelmir Betting, Ciro Gomes e mais alguns outros palestrantes, que o Paraná também, demonstrando força no setor plástico, já coloca esse evento como um dos melhores no calendário nacional.

Encerrando, gostaria de agradecer e falar alguma coisa a respeito dos nossos ex-Presidentes aqui representados pelo Sr. Celso Luiz. Os nossos antecessores fizeram o lastro desse Sindicato. Nós, simplesmente, estamos dando continuidade. Graças ao trabalho desses abnegados empresários, hoje o Sindicato da Indústria de Plástico do Paraná é o primeiro do Brasil em número de empresas, de empregados e de empregadores. Isso nós não podemos perder.

Sr. Presidente, precisamos reinventar o trabalho produtivo em nosso país.

Senhoras e senhores, muito obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encerrarmos esta simples solenidade, mas de suma importância para este Parlamento, esta Presidência deseja agradecer à presença de todos, principalmente da Diretoria do Sindicato que aqui compareceram e honraram edificando o Poder Legislativo.

Suspendo a Sessão por cinco minutos para os cumprimentos.

(Suspensa a Sessão)

### ***Pequeno Expediente:***

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está reaberta a presente Sessão. Concedemos a palavra à Deputada Elza Correia, no horário do Pequeno Expediente, por cinco minutos.

#### ***Deputada Elza Correia (PMDB)***

#### A SRA. ELZA CORREIA

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados; trabalhadores da educação que nos visitam hoje, sejam muito bem-vindos.

Queria dizer que hoje tivemos duas audiências com o Sr. Governador do Estado. Uma delas para fazer a apresentação do professor Wilmar Marçal, eleito Reitor da Universidade Estadual de Londrina, o César Caggiano, já conhecido de todos nós, o Ézio Fonseca, que vieram conversar com o Governador e manifestar sua disposição em continuar - dentro da Universidade - as atividades que já vinham sendo desenvolvidas, colocar à disposição. E foi uma reunião muito agradável, esta manhã com o Governador. Então, queria agradecer muito a presença do nosso Reitor, nosso vice-Reitor e do Ézio, que acompanha.

Também quero agradecer a um grupo de empresários da nossa cidade de Londrina, Sr. Augusto Rapcham, Presidente da ACIL; Clóvis Coelho, coordenador da FIEP; Nelson Brandão, Presidente do Clube de Engenharia; Clóvis Bohrer, Conselheiro da FIEP; Cláudio Espiga, do Clube de Engenharia; e Herson Figueiredo, que é Diretor da ACIL. Foi muito importante a reunião. Saúdo a todos os empresários aqui presentes, porque esse grupo veio trazer ao Governador do Estado algumas sugestões, propostas e mais, para contribuírem e se integrarem à questão da segurança na cidade de Londrina e região metropolitana, foi mostrar a disposição de que esta é uma questão de interesse de todos nós.

Portanto, esse conjunto de empresários bastante representativos da sociedade civil da nossa cidade de Londrina veio trazer esta preocupação. Fico extremamente feliz e orgulhosa, porque no momento em que empresários se juntam, e se unem em torno de uma causa tão importante, todos nós ganhamos. Ganha Londrina, ganha o Estado do Paraná, ganham todos que vivem na nossa cidade, na nossa região, no nosso Estado.

E o Governador se comprometeu com esse grupo de empresários a estar iniciando o que já acontece aqui em Curitiba, desde o início do seu governo, que é a "Operação Mãos Limpas". Todas as segundas-feiras o Governador se reúne com a cúpula da Polícia Militar, da Polícia Civil, todas as estruturas ligadas à segurança. Ele vai fazer esta reunião, começando por Londrina e já ficou marcada com o Secretário Delazari, para a primeira semana de junho, na nossa cidade, com a participação do fórum de segurança, presidida pelo Sr. Augusto, Presidente da ACIL e demais empresários que aqui estão. E

esta iniciativa enobrece a cidade de Londrina e foi muito bem recebida pelo Governador Requião, tanto que ele já fez esta proposta, que eu acho fundamental começar esta discussão num local, cada região. Começa por Londrina, com a presença do Governador, depois vai para Maringá, Cascavel e outras regiões, porque é preciso, para o enfrentamento da questão da violência, que as forças se unam.

Então, queria cumprimentar e agradecer muitíssimo a presença dos senhores aqui na nossa Casa.

Gostaria também de dizer da nossa preocupação com a questão dos professores. Estamos integrados nessa discussão, como sempre estivemos junto com o professor Lemos.

Quero dizer que é de fundamental importância que esta Casa, juntamente com as categorias de trabalhadores, com os empresários e toda a sociedade, construir um Estado que merecemos. Um Estado com justiça social, com solidariedade, com educação de qualidade, as garantias civis e institucionais.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Deputado André Vargas.

## ***Deputado André Vargas (PT)***

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e visitantes.

Hoje, temos na pauta um projeto muito importante e que tem o objetivo, acima de estabelecer a justiça em relação aos educadores do nosso Estado, acima do tratamento digno que deveriam e deverão receber os funcionários da educação do nosso Estado, visa, acima de tudo, restabelecer o diálogo e o respeito que devem prevalecer de um governo para com uma entidade sindical legitimamente eleita, o maior sindicato deste Estado.

Portanto, a aprovação desse projeto - e mais que a aprovação - o restabelecimento de um canal de diálogo entre essa categoria importante, os professores, funcionários em educação do Estado, com o governo. O restabelecimento da justiça e do critério do diálogo e da democracia que, só ela pode garantir melhores dias. Os governos passam, os dirigentes sindicais também passam, mas a nobre tarefa de educar nossos filhos, permanece. E cada lei aprovada nesta Casa tem esse caráter da continuidade, de uma visão de futuro, de uma concepção de sociedade.

Não há discurso que perdure, que se sustente de justiça, de igualdade, que não leve em conta a educação, a formação do caráter, que a família, a sociedade e, fundamentalmente os professores, têm a tarefa. Tarefa dura!

Quero me referir a um outro assunto hoje que também ocupará as páginas políticas e, lamentavelmente, elas também acabam se confundindo com as páginas policiais pelo tom que se deu e tem se dado à luta política neste Estado. Portanto, o debate sobre educação, vamos

fazê-lo no decorrer no plenário, mas hoje pelo licença para falar deste assunto que é sério:

(**Lê**):

“Sras. e Srs. Deputados e Deputadas:

Venho hoje a esta tribuna para falar da operação deflagrada na manhã desta terça-feira pela Polícia Federal para prender uma quadrilha de estelionatários que agiam contra as empresas do setor elétrico.

Aqui no Paraná, a Itaipu Binacional vinha sendo vítima dessa quadrilha, comandada por um ex-funcionário da empresa chamado Laércio Pedroso, um estelionatário condenado pela Justiça e que agora, finalmente, foi preso pela Polícia Federal.

Todos vocês devem lembrar: na primeira quinzena de janeiro, a Revista Istoé estampou em sua capa uma manchete estrondosa, bombástica: a Itaipu Binacional teria montado um fabuloso caixa dois de 2 bilhões de dólares.

## ***Passa a usar Horário da Liderança do PT***

Vejam bem: 2 bilhões de dólares, o que daria pela cotação de hoje, 4 bilhões e 500 milhões de reais.

Vou repetir: segundo a Revista Istoé, Itaipu teria montado um caixa dois de 4 bilhões e 500 milhões de dólares.

Só a soma estratosférica já seria suficiente para desqualificar a denúncia.

Mas, não. A Revista Istoé, com base nas informações falsas fornecidas por Laércio Pedroso e com intermediação do gabinete do Deputado Federal Luiz Carlos Haully, do PSDB, teve sua imagem escrachada, enxovalhada por uma denúncia infundada, que teve com única fonte um delinquente, um estelionatário condenado, fichado, que responde a inúmeros inquéritos policiais. Itaipu, que produz quase 25% da energia elétrica consumida no Brasil e cerca de 95% da energia elétrica consumida pelo Paraguai, que desenvolve um programa ambiental premiado, que faz um trabalho de responsabilidade social e ambiental elogiado por figuras como a coordenadora da Pastoral da Criança, Zilda Arns, não teve chance de defesa. Seu Diretor-Geral, o nosso companheiro Jorge Samek, assim como os ex-diretores gerais da empresa, Euclides Scalco e Francisco Gomyde, todos homens públicos honrados, da mais alta qualificação, tiveram seu nome jogado na vala comum, como se fossem criminosos.

Mas vejam o que fez esse vigarista, o Laércio Pedroso, que agora está atrás das grades. Desde 1992, ele não trabalha mais na empresa, mas falsificou uma série de documentos de Itaipu, inclusive a assinatura do ex-diretor geral brasileiro, Francisco Gomyde, o que já foi atestado por peritos do Instituto Nacional de Criminalística, da Polícia Federal.

Um desses documentos, datado de 4 de agosto de 1994, coincidentemente o publicado pela revista Istoé,



Laércio falsificou a assinatura do Gomyde num memorando que seria endereçado ao ex-diretor financeiro Edson Neves Guimarães.

Neste documento, senhores e senhores, vejam o absurdo, o diretor reconhecia uma dívida de um bilhão, 728 milhões de reais em favor de diversas empresas, a título de correção monetária. E ordenava que a diretoria financeira analisasse o assunto em cinco dias úteis e efetuasse o pagamento imediatamente em 24 horas. Delírio puro.

Com os documentos que criou, todos falsos, contendo uma listagem de empresas que teriam direito a saldos remanescentes que inventou, Laércio Pedroso procurava atuais e antigos fornecedores de Itaipu, para achacá-los.

Não arrancou nenhum centavo de Itaipu, mas enganou muitos empresários incautos com o golpe. A Inepar foi uma das empresas enganadas. Perdeu dois milhões de reais para o estelionatário.

Mas Laércio Pedroso não falsificou só assinaturas de diretores e forjou documentos de Itaipu. Ele falsificava procurações de empresários e, inclusive, carimbos de cartórios e talões de cheques. Tudo para iludir, dar a impressão de ser verdadeiro.”

Mas, senhores e senhores, a fraude veio à tona, mas veio à tona depois de fazer um estrago na imagem pública de homens honrados como Euclides Scalco, Francisco Gomyde e Jorge Samek.

Quem pagará pela honra desses homens, hoje aprovada a mentira?

Tivemos até discursos, neste plenário, de ataques. Quem pagará, companheiros e companheiras que trabalham na imprensa do Paraná, as capas de jornalecos deste Estado que escracharam, hoje provado, portanto, ser uma fraude?

Onde há prudência, onde há equilíbrio para verificação dos fatos?

Mas, apesar disso, a Polícia Federal ainda não tinha conseguido colocar Laércio na cadeia. Agora, depois de monitorar seus passos por mais de seis meses, finalmente colocou as mãos nele e vai ser difícil sair da cadeia. Tomara! Esperamos que ele fique muito tempo atrás das grades, pois lá é seu lugar.

Esperamos, também, que essa operação da Polícia Federal desvende quem agia em comum acordo com Laércio Pedroso. O Deputado Haully chegou a entregar documentos falsos produzidos por esse estelionatário para Deputados paraguaios e para o jornal ABC Color, do Paraguai que estampou, no dia 28 de janeiro, a manchete atribuindo ao Deputado tucano o fornecimento de documentos que comprovariam o suposto caixa de dois de Itaipu. Repito: documentos falsos, forjados.

Por conta disso, o Presidente do PT nacional, Deputado Ricardo Berzoini, entrou com representação contra Haully no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. Haully misturou documentos verdadeiros que ele obteve com pedidos de informação respondidos por

Itaipu com os documentos falsos de Laércio Pedroso, na tentativa de enganar a opinião pública paraguaia. E não foi só a opinião pública paraguaia que ele tentou enganar, o que demonstra quebra de decoro parlamentar e pode lhe custar o mandato. O gabinete de Haully reproduziu as denúncias falsas desse estelionatário Laércio Pedroso contra Itaipu, uma empresa brasileira, hoje administrada por um companheiro do PT, ontem do PSDB, antes de ontem do PMDB e amanhã por outro Partido.

Que objetivo tinha esse Deputado de atacar um patrimônio nacional, atacar o Brasil? Cometeu crime de traição contra os interesses nacionais!

E o que é mais grave, senhoras e senhores, Haully deu cobertura para um criminoso, para um estelionatário de carteirinha, formador de quadrilha. Se forem investigar a fundo as conexões, verão que ele se relacionava intensamente, com o gabinete do Deputado Haully.

O Deputado Haully, diante da prisão e das evidências contra Laércio Pedroso, e é isso que venho cobrar aqui, deveria vir a público se desculpar por dar credibilidade a um estelionatário, a um enganador, visando atingir objetivos da luta política, dos ataques daqueles que muitos de nós somos vítimas. Se assim não o fizer, estará agindo como cúmplice de bandido.

Parabéns à Polícia Federal, ela funciona! Que paguem do PT, do PMDB, do PSDB, sem partido e com partido todos aqueles que erraram! Viva o Brasil, viva a democracia!

**O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)**

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao ilustre Deputado Natálio Stica.

**O SR. VANDERLEI IENSEN (PMDB) (Pela Ordem)**

Quero citar e agradecer a presença nesta tribuna de honra, do Pastor Ademar Alves Lacerda e seu filho Saulo, de uma das maiores igrejas evangélicas do Brasil, Igreja Pentecostal de Jesus Cristo.

**O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)**

Também, a pedido do Deputado Duílio Genari, quero registrar a presença e dar as boas-vindas aos Prefeitos do município de Corbélia, Eliseu Fontana; Assis Chateaubriand, Dalila José de Mello; do município de Tupãssi, Valdeci Acco; do município de Toledo, José Carlos Schiavinato; de Iracema do Oeste, Leônidas Neubern.

**O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, estamos recebendo a visita de representantes do Magistério do Estado do Paraná. Ontem, saiu uma decisão na Justiça que diz respeito à remuneração dos servidores do Magistério. Tem a pauta de hoje um projeto de Deputados que versa sobre esta matéria. A pergunta que faço, em nome do Deputado Natálio Stica, se este horário designado a ele poderia ser utilizado pelo Presidente da APP, professor Lemos, licenciado, para que

explicassem essa reposição de 71% consignada pela Justiça do Estado do Paraná?

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Coloco a Questão de Ordem do Deputado Vanhoni, para que o Deputado Stica possa conceder o horário ao representante da APP.

Em votação.

Os Srs. Deputados que concordarem, permaneçam como se encontram.

**Aprovado.**

Está concedida a palavra, por cinco minutos, ao representante da APP, José Lemos, atendendo a um pedido do Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Muito obrigado.

(Aplausos)

### ***Sr. José Lemos (Presidente da APP)***

O SR. JOSÉ LEMOS

Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados - ao Deputado que nos concedeu este espaço.

Estamos com os salários defasados. Há uma decisão do Supremo Tribunal Federal, de 2001, condenando o Paraná por mora. A APP entrou com uma ação solicitando a execução da decisão do Supremo Tribunal Federal. Essa ação é de 2002 e teve o resultado publicado, na terça-feira passada. Essa decisão veio em boa hora, porque determina ao Governador do Paraná a obrigação de fazer um reajuste, corrigindo, com base na inflação de junho de 99 para cá. Segundo o Dieese, aproxima-se de 72% essa defasagem. Também se encontra nesta Casa, um projeto de lei de iniciativa do Deputado André Vargas e mais 22 Deputados, assinaram o Projeto 149, que reajusta o salário dos professores, equiparando com os demais servidores do Estado, para 2.088,00 reais, para começo de carreira. Exatamente o salário inicial dos demais servidores, técnicos de nível superior do Poder Executivo do Estado do Paraná. Trata-se, então, de isonomia dentro do mesmo poder, para cargos de mesma complexidade e de mesma carga horária.

Com a aprovação desse projeto se atende, inclusive, a decisão do Poder Judiciário, esta equiparação por corrigir na mesma medida da determinação da Justiça brasileira, tanto o Supremo, quanto essa decisão do Paraná. Portanto, é uma proposta pé no chão, dentro do orçamento, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que permite que o Estado o faça.

Dando um bom exemplo, Alagoas acabou de dar, equiparando os salários dos professores alagoanos, com os demais servidores daquele Estado, de modo que o salário inicial em Alagoas será, para professores,

2.030,00, por uma jornada de quarenta horas. E nós, no Paraná, estamos pedindo 2.088,00. Entendemos que o Paraná tem todas as condições para fazer o reajuste. O plano de carreira dos funcionários de escola, o Projeto 150, que está na pauta de hoje, tratará os educadores, como são 25 mil funcionários das escolas, que estão hoje no quadro geral, viriam para o quadro da educação, atendendo a uma visão nova, uma visão internacional e que os outros estados do Brasil já fizeram a sua tarefa, já fizeram o Plano de Carreira para os educadores e funcionários de escola, tratando-os como educadores que são.

Com relação a isso, é bom lembrar que no ano passado, em outubro, o Conselho Nacional de Educação criou a 21ª Área Profissional no Brasil, criando a profissão dos Técnicos em Educação. É por isso que o Paraná já está recebendo recursos do MEC, para formar 38 turmas de 35 alunos cada turma, que são funcionários de escolas em um programa chamado Pró-Funcionário, que é para formar técnicos em educação. Esse é um projeto importante, de uma grandeza tamanha que com certeza vai melhorar a qualidade da escola pública do nosso Estado.

Então, por isso estamos solicitando o apoio das nossas Deputadas e Deputados estaduais para que votem a favor dos dois projetos, para que nos ajudem a convencer o Executivo da importância deles, para que ele sancione o quanto antes e inclusive para que possamos ter paz nas escolas, no Magistério.

A educação é importante e o investimento em educação precisa ser ampliado e uma forma de investir na melhoria da educação, com certeza, é investir no profissional que trabalha na escola, tanto no professor, quanto no funcionário, porque se só podemos oferecer o que possuímos, precisamos de investimentos na nossa carreira e no nosso salário para podermos dar conta de oferecer mais a essa grande massa de alunos, que são um milhão e meio de estudantes que procuram as nossas escolas todos os dias no Paraná. Reconhecemos, sim, que houve avanços, mas muito ainda temos que fazer para melhorar a qualidade da escola públicas do Paraná.

E concluindo, agradecemos este espaço e pedimos, mais uma vez, o apoio de todos e de todas aos dois projetos que tramitam nesta Casa.

Muito obrigado!

O SR. MARCOS ISFER (PPS) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, para comunicar à APP que o PPS votará fechado nesse projeto e comunicar a presença dos Vereadores Roberto Cequinel, Sidnei Jorge e Wilson Karas, de Irati, e que se encontram conosco nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Esta Presidência associa-se com os votos de boas-vindas!

## ***Horário das Lideranças:***

No horário das Lideranças, com a palavra o Deputado Barbosa Neto, no Horário do PDT.

### ***Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto***

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Estamos, neste momento, anunciando aqui também o apoio da Bancada do PDT ao projeto de equiparação salarial entre os servidores públicos do Estado do Paraná, de acordo com a mesma habilitação equivalente à carga horária. Em nome do Deputado Luiz Carlos Martins, estamos ocupando a tribuna neste momento, aproveitando para cumprimentar o Deputado André Vargas pela iniciativa. Assinei esse projeto também, em apoio ao escopo dessa matéria que entendemos ser extremamente justa para corrigir equívocos que foram cometidos em governos anteriores. E, neste momento, estaremos aprovando e esperamos poder contar também com a sanção do Governador Roberto Requião.

Esse projeto já recebeu pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Finanças, o impacto dentro do Orçamento não fere a Lei de Responsabilidade Fiscal. E, é acima de tudo, uma questão de justiça para com aqueles que têm a mesma função exercida graças ao estudo, graças àquilo que durante tantos anos se dedicaram. E, portanto, o Estado do Paraná, que possui níveis, em comparação com os outros estados do Sul do Brasil, inferiores, tem que respeitar uma iniciativa como essa.

Como já tivemos aqui vários embates em defesa da educação, seremos favoráveis também à implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários para os funcionários, os servidores do Estado do Paraná, das escolas estaduais; como somos favoráveis também ao projeto da Deputada Luciana Rafagnin, que limita o número de alunos por sala de aula; como também somos favoráveis à obrigatoriedade, respeitada pelo Governo do Estado e que infelizmente não vem acontecendo, da manutenção dos 25% de gastos com a escola pública, principalmente com a educação, e principalmente aqueles projetos que visam, de uma maneira ou de outra, a inclusão social.

Então, nós, acima de tudo, temos que cumprir a APP, cumprimentar os educadores e também por essa vitória conseguida na Justiça, essa decisão do Supremo Tribunal Federal que determina a reposição salarial desde 99 aos professores e aos funcionários da educação. Acho que isso significa compromisso com a inclusão social e um respeito àqueles que, infelizmente, neste país, via de regra, estão sendo desrespeitados. Queremos estabelecer, creio, um novo canal de negociação com o Governo do Estado, que o Governo volte a reconhecer a APP como seu órgão legítimo de representação, que se sente à Mesa, com toda a legitimidade que tem a

categoria, para poder dirimir quaisquer tipos de questões que venham, quem sabe, até a prejudicar o Estado, mas que possa ser feita de forma escalonada toda essa ação para visar, sem dúvida nenhuma, a proteção das nossas crianças através de uma boa condição para que os professores possam exercer essa nobre atividade.

Como membro da Comissão de Educação desta Assembléia Legislativa e, com orgulho, autor da lei que cria a Educação em Tempo Integral no Estado do Paraná e a disciplina de informática também no nosso Estado, estamos, neste momento, cumprimentando a todos os professores na tarde de hoje. E reiterando a nossa posição e posição do Partido Democrático Trabalhista em total e restrito apoio a essa causa que significará, com certeza, uma grande conquista, não só para os educadores, mas, sim, para todo o Estado do Paraná.

Muito obrigado!

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

PFL. (Declina).

PSDB.

Com a palavra o Deputado Ademar Traiano.

### ***Liderança do PSDB: Deputado Ademar Traiano***

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados:

Quero inicialmente manifestar o meu apreço e a minha admiração àqueles que são os grandes responsáveis pela lapidação da inteligência e da formação educacional dos nossos filhos no Estado do Paraná, os professores que nos visitam nesta tarde no plenário desta Casa - alegria de tê-los na nossa convivência neste momento.

Quero também, ao tempo em que cumprimento os senhores professores, dizer que fui incumbido pela Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, de relatar os dois projetos de interesse deste segmento tão importante para o contexto econômico, social e cultural do Estado do Paraná, que são os senhores professores.

Dei o parecer favorável aos dois projetos porque entendo que um erro não corrige o outro. Se no passado faltou-se com a atenção devida que deveria se dar aos senhores professores, não justifica neste momento uma ação mais forte, determinada e urgente, com relação à reposição salarial dos professores.

Portanto, quero nesta tarde, aproveitando o momento, dizer aos professores que estão nas galerias, como já dei o parecer favorável aos dois projetos, mantenho a minha posição aqui no plenário de votar favoravelmente aos projetos de interesses dos senhores, até porque entendo ser esta reivindicação justa, digna e realmente à altura do trabalho que vocês desenvolvem no contexto da educação paranaense.

Portanto, manifesto a minha manifestação de apreço e acima de tudo quero cumprimentar o Deputado André Vargas pela iniciativa, ao professor Presidente da APP com quem mantivemos inúmeros contatos quando da discussão do projeto, ainda na CCJ. Mesmo diante de algumas dificuldades de ordem constitucional, entendi que era oportuno e necessário dar o parecer favorável, até porque nesta Casa nós reajustamos salários de secretários estaduais e de outros segmentos e não via razão para não dar o nosso parecer favorável, mesmo com alguns impedimentos até de ordem legal, eu não via nenhuma condição de dar o parecer contrário ao projeto de interesse dos senhores.

Por isso, dei o parecer favorável e quero, para encerrar, manifestar aqui o meu voto e com certeza é a vontade da maioria dos Srs. Deputados, acompanharem a votação favorável a este projeto. Um abraço a todos vocês.

**O SR. MARCOS ISFER (PPS) (Pela Ordem)**

Para comunicar à Mesa, Sr. Presidente, a presença do Vereador Zezão, de São João, que se encontra conosco nesta tarde.

**O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)**

A palavra com o PMDB (**Declina**).

Liderança do Governo (**Declina**).

Liderança da Oposição. Com a palavra o Deputado José Domingos Scarpellini.

### ***Liderança da Oposição: Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)***

**O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas:

Vemos aqui hoje mais um segmento da sociedade que veio em busca do seu direito.

Vemos o clamor do povo pelas ruas, quer o agricultor, o lavrador, o produtor rural, o caminhoneiro, os advogados, os professores estão lutando pelas suas reivindicações em busca de novas conquistas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvimos durante a campanha eleitoral um candidato dizer que tinha solução para o pedágio: “Ou o pedágio baixava ou acabava.” Não baixou e não acabou! Aumentou o preço e as praças de pedágio!

Vimos aquele mesmo candidato dizendo que era um desatador de nós; que desatava nós porque tinha a proteção de Nossa Senhora Desatadora de Nós e ele desatou o nó dele que se elegeu Governador, mas fez um nó na cabeça do povo que até agora ninguém entende como é que vai sair desse nó!

Aí eu me lembro da música do compositor, cantor e filósofo, Chico Buarque de Holanda que diz: “Éramos nós, estreitos nós, enquanto tu és laço frouxo.” O Governador do Paraná, *expert* nas suas ações políticas, conseguiu cooptar Prefeitos, Vereadores e conseguiu se aliar com aquilo

que se entendia impossível: a aliança do demônio com o anjo! E aqui está o exemplo vivo da aliança declarada impossível entre o inferno e o céu, personificada na pessoa daquele que era o seu mais alçoz inimigo, que era Ministro de Fernando Henrique Cardoso e inimigo número um do satanás que morava no Bigorrião! Está ali: “Éramos nós, estreitos nós, enquanto tu és laço frouxo.”

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pelas ruas só se ouve falar uma coisa: “Ele já está reeleito.” Só que eu não vejo ninguém dizer: “Eu voto nele.” Não vejo! Eu vejo as pesquisas dando quase unanimidade, mas aí eu volto lá numa outra filosofia que diz que toda unanimidade é burra! E é verdade, e esta é a verdade verdadeira.

Lá na minha cidade, lá no interior do Paraná, corria uma filosofia bem sertaneja que dizia: “Para ganhar do fulano não precisa mais do que um toco e de um chapéu.” E aqui não vai ser diferente, para ganhar do fulano nós vamos ganhar com um toco e um chapéu. Alguém que tenha vontade de atender e dialogar com o povo do Paraná, alguém que tenha vontade de atender o funcionalismo público e respeitar as idéias que contradizem a vontade do imperador e do nosso César e nós vamos ganhar as eleições! Porque não vejo ninguém, ninguém que tenha sido consultado por essas pesquisas que dão a ele unanimidade dos votos no Paraná.

São, na verdade, pesquisas manipuladas, informações manipuladas. Mas o povo está pelas ruas, nos campos, nos caminhões, lá em baixo no Porto de Paranaguá, vendo aquele desgoverno que é praticado contra os interesses do povo do Paraná.

Lá do Porto de Paranaguá onde o irmão do Governador, o Eduardo Requião é o tirano, a Foz do Iguaçu, a Londrina, a Guaíra, a Nova Londrina, do Leste a Oeste, de Norte a Sul todos esperam o dia para fazer a sua mudança. E vai ser a sua mudança lá da Granja do Can-güiri que iremos fazer com o povo do Paraná. Outro dia me perguntaram se eu não teria vontade de ir lá na granja e eu fui até mal educado com a pessoa; eu disse: eu não gosto de granja, quem gosta de granja é galinha. Prefiro continuar na Oposição, muitas vezes sendo mal entendido, mal interpretado, Deputado Neivo Beraldin. Picanha também não é meu fraco. E quando eu quero comer picanha eu compro, vou no supermercado, no açougue e mando tirar lá o pedaço que me cabe. E faço ao meu gosto no meu tempero para que não tenha que ouvir impropérios de ninguém.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvimos ontem algumas declarações apressadas dando conta de que o Senador Osmar Dias não vai ser candidato. Mas, vimos já a Oposição firme do Rubens Bueno pelo PPS, dizendo que vai à luta, que enfrenta e que sabe que com todas as dificuldades que tem, vai enfrentar a candidatura do Governo Roberto Requião. Vimos outras candidaturas colocadas. E isto nos anima e anima o povo do Paraná. Hoje já tem uma nova informação e quero, neste momento, Deputado Luiz Carlos Martins, conceder-lhe o aparte.

**O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT)**

Deputado Scarpellini, serei bem rápido. Primeiro, cabe também a música do Chico Buarque “O Pedro Pedreiro”: esperando, esperando o trem que nunca vem...”. Segundo, V. Exa. não está no Governo, porque V. Exa. já esteve lá e conhece bem, por isso que está na Oposição. Terceiro, V. Exa. é bem informado e sabe me informar se ouviu dizer que o Governador Requião entrou com pedido retirando a mensagem de nepotismo, que ele mandou para esta Casa? Quero, neste momento, pelo que estou sabendo - V. Exa. está de aniversário hoje e quero lhe dar os parabéns. Com certeza a sua festa não vai ser no Cangiüiri. Não é? E quinto: a história da imagem da Nossa Senhora Desatadora de Nós está todo mundo esperando.

Parabéns!

**O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)**

Agradeço a todas manifestações de cumprimentos que recebemos nesta data, pelo meu aniversário.

**O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)**

Os cumprimentos desta Casa ao aniversariante, ilustre Deputado José Domingos Scarpellini.

**O SR. ADEMAR TRAIANO (PDT)**

Apenas para ajudá-lo, gostaria de conceder, mesmo não estando presente o Líder das Oposições, o Horário das Oposições.

**O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)**

Ele já está falando no Horário das Oposições. Concedo dois minutos para conclusão.

**O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)**

Eu fico muito agradecido, homenageado pelas palavras do Deputado Luiz Carlos Martins. Realmente, já fui Secretário de Governo, do Governador Roberto Requião no outro Governo e me sinto muito à vontade para ser um dos vice-líderes da Oposição aqui na Assembléia.

Quero dizer, já que estamos filosofando Chico Buarque, dizer que nós não podemos esperar sentados, porque se ficarmos sentados, vamos “ver o bonde” da História passar. “Quem espera nunca alcança” já dizia o Chico Buarque. Nós temos que ir à rua com os candidatos, lançarmos, procurarmos alguma alternativa que porventura surgir, para juntos marcharmos em uma frente de Oposição ao atual Governador do Estado do Paraná.

Obrigado!

**O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL) (Pela Ordem)**

Como informação: eu escutei o Deputado Luiz Carlos Martins falar que chegou à Mesa, um pedido do Governador Roberto Requião para que seja retirado da

Assembléia o projeto de lei que ele, Requião, encaminhou a esta Casa, que proíbe o nepotismo.

Está na Mesa esse pedido?

**O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)**

Não foi lido nenhum expediente nesse sentido, por enquanto.

**O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)**

Mas chegou à Mesa algum expediente nesse sentido?

**O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)**

Ainda não temos conhecimento porque assumi a Presidência agora há pouco.

**O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)**

Mas a voz corrente, inclusive o Chefe da Casa Civil do Governador trouxe essa informação aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)**

Eu resolvo a sua Questão de Ordem em cinco minutos e na sequência eu vou me pronunciar.

**O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (Questão de Ordem)**

Gostaria de esclarecer ao Deputado sobre esse assunto e até ao próprio Presidente se não está informado. Eu li pela manhã, lá na Presidência, uma Mensagem do Governador Roberto Requião, retirando aquela proposta de Emenda Constitucional, da Assembléia. Eu li. Não sei se está aqui já.

**O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)**

Eu vou resolver a Questão de Ordem.

Na verdade, está Casa. Está na Presidência, segundo me informa a assessoria da Mesa e a Presidência vai encaminhar ao Plenário, oportunamente.

**O SR. PADRE PAULO CAMPOS (PT) (Pela Ordem)**

Quero cumprimentar a todos os profissionais da educação que aqui se encontram e dizer que...

**O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)**

Não há Questão de Ordem a ser discutida. V. Exa., em uma Questão de Ordem, dirige-se à Mesa e não aos ilustres visitantes.

**O SR. PADRE PAULO CAMPOS (PT)**

Sim. Eu já vou fazer a Questão de Ordem. Apenas para aproveitar a ocasião para cumprimentá-los e apresentar o nosso querido Prefeito de São Carlos do Ivaí, que visita esta Casa e que abrilhanta esta Sessão.

**O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)**

Queremos nos associar as boas-vindas.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL) (**Pela Ordem**)

Quando o autor do projeto e, no caso, o Governador Requião que mandou este projeto de lei que proíbe o nepotismo, se ele pedir a retirada, o Plenário decide ou volta para ele, de imediato, ou volta cancelado o projeto? Como funciona esse trâmite?

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Ainda não há uma informação da Presidência da Casa sobre a atitude a ser tomada. Portanto V. Exa. deve esperar para fazer Questão de Ordem assim que o Presidente da Casa estiver presidindo a Mesa.

## ***Ordem do Dia:***

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 51 Srs. Deputados.

## ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa Ofício nº 124/06, subscrito pelo Sr. Governador do Estado do Paraná, constante do expediente, solicitando providências no sentido de restituição da Mensagem Governamental nº 021/06, de 22 de março corrente ano, o qual foi enviado a esta Casa de Leis, propondo alterações ao texto da Constituição Estadual visando adoção de restrições, conforme especifica, a providimentos de pessoas ligadas por parentescos, em cargos públicos. **À Diretoria Legislativa, para as devidas providências.**

Ofício nº 024/06, subscrito pelo Sr. Deputado Antonio Anibelli, na qualidade de Líder da Bancada do PMDB, constante do expediente, indicando o Sr. Deputado José Maria Ferreira, da Bancada do PMDB, para fazer parte da Comissão Especial que irá visitar as fazendas invadidas no Oeste do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 013/06, de autoria do Sr. Deputado Reni Pereira, constante do expediente, sugerindo que, na hipótese de transformação da UEG - Usina Termelétrica de Araucária, em "flex" - o segundo combustível seja, necessariamente, o álcool carburante. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Padre Paulo Campos, com apoio do Sr. Deputado Pedro

Ivo Ilkiv, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria da Sr. Deputada Hermas Brandão, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Natálio Stica, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1252, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, com apoio dos Srs. Deputados Duílio Genari, Pedro Ivo Ilkiv, José Maria Ferreira e demais Srs. Deputados, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando a transformação da Sessão Plenária do dia 23/05/06 (terça-feira), em Comissão Geral para a votação da Mensagem nº 31/06, Projeto de Lei nº 193/06, de autoria do Poder Executivo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Voto contra da Bancada da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Fica registrado.

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

### ***2ª Discussão (Votação em)***

#### **ITEM 01**

##### **VOTAÇÃO EM:**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 193/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 031/06, que objetiva autorizar o Poder Executivo, por intermédio da Copel ou subsidiária integral desta, a assumir o controle (societário) da UEG Araucária Ltda. **COM PARECER DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO. COM EMENDAS DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Vamos votar inicialmente o projeto, ressalvadas as emendas.

Em votação o projeto. **Aprovado.**

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Voto contra da Bancada da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado o seu voto, Sr. Deputado.

A Emenda nº 01 de Plenário. Emenda supressiva ao Projeto de Lei nº 193/06, de autoria do Deputado Barbosa Neto, devidamente apoiado pelos demais Deputados.

A presente emenda modificativa visa suprimir a expressão “revogadas as disposições em contrário”, contida no artigo 3º, do Projeto de Lei nº 193/06, oriundo da Mensagem Governamental, ficando a redação conforme segue.

“Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.”

Para encaminhar, Deputado Vanderlei Iensen.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Essas emendas já receberam parecer favorável, ou a Plenária não foi transformada em Comissão Geral?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não, vai ser dado o parecer.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Mas, ele já está encaminhando agora sem designar relator?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu vou designar primeiro, depois vou dar a palavra para ele, Deputado.

Para relatar a emenda, o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

(Lê):

*EMENDA DE PLENÁRIO Nº 01  
AO PROJETO DE LEI Nº 193/03  
MENSAGEM Nº 031/06*

*P A R E C E R :*

*Trata-se de emenda de Plenário que visa suprimir a expressão “revogadas as disposições em contrário”, contida no artigo 3º do Projeto de Lei nº 193/06.*

*Tal emenda já foi contemplada em parecer de Plenário, em substituição à Comissão de Constituição e Justiça, do ilustre Deputado Caíto Quintana, em obediência à Lei Complementar nº 95, de 1998.*

*Diante disso, somos de parecer contrário à presente emenda, em razão de ela já estar contemplada no parecer de ontem, apenas por isso.*

O SR. VANDERLEI IENSEN (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Quero apenas encaminhar a favor o parecer do Deputado Caíto Quintana e contra a emenda. E solicitar aos Deputados da Base que votem contra a emenda.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

O Deputado Caíto Quintana foi relator, ele relatou contra a emenda? Ele relatou contra a constitucionalidade?

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, para esclarecer: essa emenda já foi contemplada no parecer de ontem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está contemplada, por isso está votando contrário. Em votação o parecer da emenda.

O SR. VANDERLEI IENSEN (PMDB) (**Pela Ordem**)

Nós vamos votar o parecer do Deputado Caíto Quintana. Os Deputados que forem contra a emenda, votam a favor do parecer.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, acho que a Oposição acata as argumentações do Deputado Caíto Quintana.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Srs. Deputados que votam de acordo com o parecer do Deputado Caíto Quintana, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Emenda nº 02: designo o Deputado Caíto Quintana para fazer a leitura da emenda e do relatório.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

*Parecer da Emenda de Plenário nº 02. Trata-se de Emenda de Plenário que visa acrescentar parágrafo ao artigo 1º, no sentido de vedar a possibilidade de qualquer pagamento sem que seja formalizada a desistência de ações judiciais contra a Copel e o Estado do Paraná.*

*Tal procedimento configura-se desnecessário, posto que está implícito que alocação de recursos previsto no Projeto nº 193/06 jamais seria levada a efeito sem que estivesse revestida da cautela jurídica necessária. Diante disso, somos de parecer favorável contra a emenda.*

Justifico, Sr. Presidente: a Assembléia está votando um projeto que autoriza o Governo proceder a uma negociação com a UEG. É evidente que é uma negociação de uma pendência Judicial. Está implícito no projeto e isso conversei com Deputados da Oposição ontem, que só com a desistência, somente com ela poderia ser feito o pagamento, senão a pendência judicial continua. Essa é a razão do parecer contrário à emenda, porque ela está no projeto. Isso é uma discussão judicial. No acordo judicial, evidentemente, já por si só antevê o pagamento, só após o acordo firmado e a desistência da ação. Por essa razão...

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados devoto o maior respeito ao Deputado Caíto Quintana pelo seu amplo conhecimento jurídico. Exatamente por essa razão ele foi o relator da Comissão do nosso Estado. Mas, Deputado, não vejo que na lei está explícito aquilo que V. Exa. acaba de relatar. Entendo que se é o entendimento do Governo que só se compra a parte da El Paso mediante a retirada,

então porque não se incluir este artigo no corpo da lei? Não tem nada demais, porque isto não está contemplado no corpo da lei. Pode estar na mensagem, mas não está explícito.

Então, esta emenda, já que é de interesse do próprio Governo e afirmação do Deputado Caíto Quintana, não vejo por que não incluí-la. Aí sim, estaremos dentro do corpo da lei, explícito na palavra: só se comprem as ações da El Paso mediante a retirada da ação que tramita, hoje, na França.

Ao menos a justificativa que se usa, hoje, que o Governo está comprando as ações da El Paso para não pagar 850 milhões. E isto nós discutimos quando encaminhamos o próprio projeto. Agora, está claro e explícito nesta emenda que nós, vinculando esta emenda no corpo do projeto, o Governo do Estado não poderá pagar se não houver a retirada da ação que tramita hoje.

Então, está claro e explícito na lei. Não vejo por que não incluir exatamente esta emenda no corpo do projeto. Aí, sim, nós teremos uma votação clara, transparente e cristalina, diante daquilo que foi afirmado pelo próprio Governador e os Deputados que defendem esta lei.

**O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, queria esclarecer que com a emenda retarda em alguma coisa o projeto. Por exemplo a intenção era fazer mais uma Sessão hoje, para que o aprovássemos. Com a emenda cria-se o empecilho.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Eu estava explicando para o Deputado Caíto Quintana que faríamos uma Sessão Extraordinária para votarmos em terceira discussão. A redação final seria amanhã, a não ser que haja entendimento das Lideranças para fazermos mais duas Sessões Extraordinárias hoje.

**O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, a emenda com certeza está contemplada no projeto, não há porque não colocar no corpo, pois não altera o projeto. Mas, pode ser.

Eu só consultaria um representante da Oposição, devido à celeridade que este projeto exige: se pudermos votar hoje, em terceira discussão, e numa Sessão Especial votar a redação final ainda hoje, independente da posição de cada um, eu...

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Se houver entendimento entre as Lideranças, não há dificuldade nenhuma.

**O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, gostaria de fazer o encaminhamento, porque acho que vai contribuir a Questão de Ordem. Ontem fiz encaminhamento do projeto deixando claro que a carta de intenções de negócio fazia parte do

convencimento para esclarecê-lo. Existiam inúmeras cláusulas e as cláusulas deixavam claro que a El Paso abria mão de tudo.

Então, se há necessidade de se constar esta emenda do Deputado Elio Rusch, então significa que a carta que a Copel encaminhou para este Deputado - e eu franqueei a todos os Deputados - não faz parte. E aquilo, para mim, faz parte de todo o processo legislativo da autorização. E lá não só em relação ao pagamento, a outros haveres que deveria ter a El Paso, de que ela realmente estaria vendendo, de porteira fechada, as ações e a participação.

Então, encaminho contrariamente e acho desnecessário.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

A importância, realmente, Deputado Reni Pereira, é de estar no texto da lei. Anexo à lei não é lei. Se houver este entendimento, esta Presidência não teria nenhuma dificuldade em fazer mais duas Sessões hoje.

**O SR. ELIO RUSCH (PFL) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, entendemos a preocupação do Deputado Reni Pereira. E ele foi convencido com a carta e com o contrato apresentados à Assembléia. Mas, V. Exa. deixou muito claro que todos os anexos do projeto, a mensagem e as justificativas não fazem parte da lei, não fazem parte do escopo da lei. O que faz parte da lei é aquilo que vamos aprovar, os demais são anexos que poderão ser cumpridos ou não.

Como existe a vontade da Bancada do Governo, e ao menos eu quero parabenizá-lo por esse gesto, e até por essa atitude, nós por parte da oposição, se permitam assim, já que o Deputado Valdir Rossoni não está aí hoje, que é o nosso Líder, mas fomos designados por alguns Deputados que respondêssemos pela Liderança no dia de hoje, aí nós concordamos. Nós vamos fazer então a emenda, votamos a emenda, fazemos a 3ª votação e a Redação Final hoje, ao menos está dentro do corpo da lei.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Então há o entendimento, nós vamos ter mais duas sessões hoje. Eu solicito ao Deputado Caíto Quintana, se alteraria diante desse entendimento, o seu relatório?

**O SR. CAÍTO QUINTANA**

Tudo bem Sr. Presidente, nós acatamos a emenda. A minha única preocupação diz respeito ao fechamento do negócio, a ressalva que deva existir na feitura desse acordo de que o pagamento, porque a UEG não vai retirar uma ação antes de receber, então isso seja simultâneo, que esse é o espírito do projeto e da carta de intenções. Tudo bem, votamos a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

V. Exa. dá parecer favorável?



O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Votamos a emenda sim.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o Parecer de V. Exa.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Sr. Presidente, um minuto. Sr. Presidente, no acatamento da emenda, na presença de um Deputado de Oposição, a emenda ficará com o Parecer do Relator da seguinte forma: “Os recursos de que trata o parágrafo anterior somente poderão ser alocados à vendedora após formalização da desistência da ação movida contra a Copel”. Exclui-se da emenda e o Estado do Paraná junto ao Tribunal Arbitral de Paris, porque o Estado do Paraná não está sendo acionado, é a Copel que está sendo acionada. Na Redação Final nós acertamos isso.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o Parecer do Deputado Caíto Quintana. Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. **Aprovado**, com voto contrário dos Deputados Barbosa Neto e Reni Pereira.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (**Para Justificar**)

No final dos anos 70 quando o Ministro das Minas e Energia era Shigeaki Ueki, Governo Militar de Ernesto Geisel, a Companhia Light, detentora dos direitos de exploração dos serviços de eletricidade em São Paulo, Companhia inglesa, iria findar o seu contrato de concessão e todo o patrimônio ficaria com o Governo de São Paulo. Apressada e açodadamente, Shigeaki Ueki convenceu o Governo Militar a pagar milhões de dólares pela compra da Light. Esse foi um escândalo encoberto no Governo Militar, mas que fez famoso Shigeaki Ueki, que hoje é um próspero latifundiário no Estado da Califórnia nos Estados Unidos, e dono de alguns imóveis na 5ª Avenida, e também no Japão, famoso pelo seu sorriso, o sorriso de Shigeaki Ueki. Alguns se lembram. Eu li e recebi informações ainda na minha adolescência sobre isso. Quero deixar registrado nessa Casa, é a mesma história que nós estamos vendo agora, ao final de 20 anos de contrato o Paraná automaticamente seria dono através da Copel dessas benfeitorias, e até da usina de Araucária, mas o Governo, açodadamente, insiste em pagar algo em torno de 1/20 do nosso orçamento por aquilo que já é nosso ou será nosso.

Um contrato que temos que pagar mesmo sem consumir. Fique registrado o meu voto contrário nos Anais desta Casa e a posteridade irá julgar.

Muito obrigado!

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Para Justificar**)

Justifico que votei contra porque a emenda limita aquilo que era amplo, inclusive redundante na carta de intenções.

E como Parlamentar, fazendo papel de fiscalizador vou cumprir item a item da carta, em que a El Paso abria mão de honorários, de despesas, de locomoções, de mais de 6 milhões e 500 mil dólares. Abria mão de conversões em ações de adiantamento que se realizou. Abria mão literalmente de tudo.

Era desnecessária essa emenda. Vou continuar cumprindo à risca o que dizia a carta de intenções que é o que fundamentou essa lei, ele é parte disso. Tanto é que a autorização da Aneel se deu em virtude da carta.

Gostaria de dizer ainda que não entrei com a emenda para que, se fosse transformada em bi-combustível, que fosse preferencialmente álcool, porque a lei diz que ela tem que desempenhar objeto social. E o objeto social dela é ser movida a gás. Estamos apresentando indicação que, se o governo transformar em bi-combustível que seja prioritariamente a álcool, porque muitos produtores poderão ter a venda de álcool como a salvação da lavoura.

Muito obrigado!

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Eu, na condição de Presidente da Comissão de Fiscalização, tornei público um relatório preliminar sobre o caso da UEG.

Portanto, não tenho condições de votar ainda. Por não estar concluído o relatório, me abstenho dessa votação.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação a emenda número um com parecer contrário. Srs. Deputados que aprovam a emenda permaneçam como estão.

**Aprovada.**

O SR. VANDERLEI IENSEN (PMDB)

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam a emenda queiram levantar-se. Os que rejeitam a emenda queiram levantar-se. Está **rejeitada** a emenda.

Em votação a emenda número dois com parecer favorável. Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovada**, com voto contrário dos Deputados Reni Pereira, Neivo Berardin e Barbosa Neto.

Transfiro a presidência ao Deputado Pedro Ivo.

### **Redação Final**

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

### **ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 323/05, de autoria do Deputado Carlos Simões, dispondo sobre a

criação e comercialização do caramujo africano *Achatina Fulica* no Estado do Paraná e dá outras providências.

**Aprovado.**

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Não há uma rotina de que quando o Deputado não se encontra no Plenário é retirado o projeto?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. tem razão. Será retirado o projeto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Já foi aprovado, Sr. Presidente!

O SR. VANDERLEI IENSEN (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

Gostaria de citar que o Deputado Carlos Simões estava aqui, há poucos minutos, e precisou se retirar para tomar uma injeção porque estava com muita dor. Gostaria de pedir aos colegas Parlamentares que, em respeito à sua saúde, pudessem aprovar ou votar o projeto, Sr. Presidente.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

Já foi aprovado, não é? Não dá para voltar atrás!

Ou dá para voltar atrás?

Aí vira bagunça isso aqui!

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, o Deputado Jocelito tem razão: já foi votado. Então, não há o que discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Em consideração ao Deputado Carlos Simões que esteve com problemas de saúde, está **aprovado** o Projeto.

### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 181/06, de autoria do Deputado André Vargas, declarando de Utilidade Pública a Associação de Mulheres Solidárias do Jardim Interlagos e Adjacências, com sede e foro no município de Londrina. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 181/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Mulheres Solidárias do Jardim Interlagos e Adjacências, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 22.05.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

## 2ª Discussão

### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 500/05, de autoria do Deputado Rafael Greca, que concede Cidadania Benemérita do Paraná à juíza Joeci Machado Camargo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Está em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

Deputados que aprovam permaneçam como estão.

**Aprovado.**

Está em votação à emenda.

Deputados que aprovam a emenda permaneçam como estão.

**Aprovada.**

### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 636/05, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, tornando obrigatória a construção de canais apropriados para facilitar a piracema nos reservatórios das usinas geradoras de eletricidade de propriedade do Governo do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CAICTM. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, nos seguintes termos.

### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 636/05

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fulcro no artigo 137, parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º, do Regimento Interno desta Casa, apresenta Emenda Aditiva ao projeto de lei em questão, incluindo os seguintes artigos:

“Art. 6º Torna obrigatória a inclusão da navegação fluvial nos estudos e projetos de divisão de quedas para fins de aproveitamento hidrelétrico dos rios estaduais, de modo a viabilizar a implantação de hidrovias contínuas em toda a extensão desses cursos d’água.

Art. 7º Torna obrigatória a instalação de eclusas ou outros dispositivos de transposição para fins de transporte hidroviário, em obras de represamentos de rios navegáveis ou potencialmente navegáveis.

Art. 8º Sem prejuízo das demais exigências legais, no licenciamento ambiental dos empreendimentos de que trata o artigo 6º desta lei, serão incluídas obrigatoriamente, as respectivas eclusas ou outras obras de transposição.

Art. 9º O Estado articular-se-á com a União e os municípios na implantação das instalações hidrelétricas, visando ao aproveitamento do potencial de navegabilidade dos cursos d’água, atendida a política dos recursos hídricos.”

Sala das Sessões, em 23.05.06.

(a) NEIVO BERALDIN

Apoioamento:

Dobrandino da Silva, Luiz Carlos Martins,  
Geraldo Cartário e Chico Noroeste.

**JUSTIFICATIVA:**

Embora sendo a gestão integrada a forma mais moderna e eficaz de aproveitamento de recursos hídricos, alguns ainda vêm merecendo mais ênfase e investimentos do que outros igualmente importantes. É o caso da geração de energia elétrica, para cujo aproveitamento são construídas as barragens desconsiderando-se o potencial de navegabilidade dos cursos d'água, através de projetos que não incluem a execução de eclusas ou outras obras para transposição do desnível criado.

A gestão integrada resulta do conceito de aproveitamento múltiplo das águas, através do qual os investimentos na construção de barragens devem ser otimizados para gerar benefícios, tais como: energia hidrelétrica, transporte hidroviário, controle de inundações, irrigação, piscicultura e turismo. Além disso, projetos dessa natureza tornam-se fortes indutores do desenvolvimento regional.

**O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.**

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 747/05, de autoria da Deputada Elza Correia, dispondo sobre a implantação da Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná - PDU, os Planos de Desenvolvimento Regional e os Planos Diretores Municipais. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, nos seguintes termos:

#### EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 747/05

Emendas da Bancada do Partido dos Trabalhadores ao Projeto de Lei nº 747/05, de autoria da Deputada Elza Correia, que dispõe sobre a implementação da Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná - PDU, os Planos de Desenvolvimento Regionais e os Planos Diretores Municipais.

##### **Emenda 1 - Modificativa**

Modifique-se o *caput* do artigo 4º, ficando da seguinte forma:

“Art. 4º O Estado do Paraná, em conformidade com as deliberações da II Conferência das Cidades, somente firmará convênios de financiamento para projetos e obras de infra-estrutura, equipamentos e serviços com municípios que se enquadre em um dos seguintes requisitos:

(...)”

##### **Emenda 2 - Modificativa**

Modifique-se o artigo 6º, ficando da seguinte forma:

“Art. 6º Os municípios do Estado do Paraná deverão criar e instalar os Conselhos Municipais das Cidades, ou similares, em conformidade com o Conselho Estadual das Cidades - Concidades Paraná, para integrar o processo permanente de planejamento e gestão decorrente da implementação dos Planos Diretores Municipais, até 90 (noventa) dias após a vigência da lei do respectivo Plano Diretor Municipal.”

Sala das Sessões, em 23.05.06.

(a) ÂNGELO VANHONI

Apoioamento:

Tadeu Veneri, Elton Carlos Welter, Hermes Fonseca e Luciana Rafagnin.

**JUSTIFICATIVA:**

Sugere-se tal aditamento ao artigo 4º pelo fato de que, a partir da instituição do Ministério das Cidades e dos Processos de Conferência das Cidades, criou-se o Sistema Nacional de Gestão Democrática das Cidades, composto pelas Conferências das Cidades, Conselho das Cidades, audiência públicas e outros instrumentos de gestão participativa. Esses espaços são indispensáveis para as deliberações das diretrizes e das políticas de desenvolvimento urbano. No último processo de Conferência das Cidades, no ano passado, deliberou-se sobre os temas de Gestão Democrática, Pacto Federativo, Políticas Metropolitanas e Finanças da Cidade. Por isso, entende-se necessário o reconhecimento da legitimidade das deliberações ocorridas nas Conferências.

A alteração do artigo 6º decorre da necessidade de funcionalizar os Conselhos para a gestão participativa, de forma a compor o Sistema Nacional de Gestão Democrática, pois os recursos destinados à produção de acesso à Habitação de Interesse Social serão vinculados à existência dos Conselhos para gerir o Fundo Municipal de Habitação Social, em conformidade com a Lei Federal nº 11.124/06, que dispõe as regras de adesão ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS. Ademais, para execução e implementação do Plano Diretor, é imprescindível o acompanhamento do Conselho Municipal da Cidade, possibilitando o monitoramento das leis que estão sendo aprovadas e a participação popular destes procedimentos.

**O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.**

#### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 749/05, de autoria do Deputado Nereu Moura, que retifica o memorial descritivo das divisas dos municípios limítrofes ao município de Guaraniáçu, criado pela Lei nº 790 de 27/11/51, todos pertencendo à Colônia São João do Sul (limites: Rio Piquiri, Rio Feio, Rio Guarani e Rio Izolina e Córrego Palmares). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1268, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expe-

diente, solicitando o arquivamento do projeto, em razão de não haver mais interesse na tramitação do mesmo. **Aprovado.**

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, fiz um pedido de ordem, algum tempo atrás, aqui no Plenário, sobre a Mensagem que o Governador encaminhou a esta Casa proibindo o nepotismo. Estou com a cópia dessa mensagem em minhas mãos.

Repito a indagação: o Governador, pedindo para retirar esse projeto que encaminhou a esta Casa proibindo o nepotismo, precisa o Plenário votar se vai ser retirado ou não?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Chegou à Mesa e o expediente será lido e encaminhado à ADL para as providências necessárias. Não será votado. Hoje é recebido.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Não precisa ser votado? A Assembléia retira da Casa e devolve a mensagem?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Exatamente.

## ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 060/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 013/06, que objetiva a instituição do Serviço Social Autônomo Paracidade, revogando a Lei Estadual nº 11.498, de 30 de julho de 1996, alterada pelas Leis Estaduais nºs 12.651, de 23 de setembro de 1999, 12.966, de 25 de outubro de 2000 e 14.045, de 05 de maio de 2003. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário em nº de 07 (sete), nos seguintes termos:

### PROJETO DE LEI Nº 060/06

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 01

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 060/06, oriundo da Mensagem Governamental nº 013/06, visa alterar a redação do seu artigo 1º conforme segue:

“Art. 1º Fica instituído o Paracidade, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse público, sob a modalidade de Serviço Social Autônomo, com a finalidade de fomentar e executar atividades e serviços não exclusivos do Estado, relacionados necessariamente:

I - Ao desenvolvimento regional, urbano e institucional dos municípios.

II - À administração de recursos e de fundos financeiros públicos destinados ao desenvolvimento urbano, regional e institucional dos municípios, em especial do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano criado pela Lei 8.917 de 15 de dezembro de 1998.”

Sala das Sessões, em 23.05.06.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ADEMAR TRAIANO, ELIO RUSCH, RENI PEREIRA e BARBOSA NETO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade não pode se revestir de duas espécies de personalidades jurídicas de direito privado, distintas.

Organização Social e Serviço Social Autônomo, constituem-se em entes distintos, cada qual, regido por uma legislação específica.

As organizações sociais são qualificadas pelo Estado para desempenho de determinada atividade, segundo legislação federal própria. Os objetivos previstos nesta proposta legislativa não encontram guarida na legislação federal.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 02

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 060/06, oriundo da Mensagem Governamental nº 013/06, visa alterar o inciso III do seu artigo 4º conforme segue:

“Art. 4º ...

(...)

III - (05) cinco membros, nomeados pelo Governador do Estado, entre integrantes de entidades representativas dos municípios do Estado do Paraná e da sociedade civil organizada, nas áreas de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia.”

Sala das Sessões, em 23.05.06.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ADEMAR TRAIANO, ELIO RUSCH, RENI PEREIRA e BARBOSA NETO.

JUSTIFICATIVA:

Garantir a participação efetiva de instituições legítimas, representantes da sociedade civil organizada e dos municípios do Estado e não de pessoas escolhidas aleatoriamente.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 03

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 060/06, oriundo da Mensagem Governamental nº 013/06, visa alterar o inciso XI do seu artigo 7º conforme segue:

“Art. 7º ...

(...)

XI - propiciar condições para operações de financiamentos com recursos internos ou externos que constituem o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano aos

entes da administração indireta estadual, com capacidade de pagamento comprovada pelo Paranacidade, cujas atividades fins estejam voltadas ao desenvolvimento regional e urbano”.

Sala das Sessões, em 23.05.06.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ADEMAR TRAIANO, ELIO RUSCH, RENI PEREIRA e BARBOSA NETO.

#### JUSTIFICATIVA:

Preservar o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano definindo, técnica e objetivamente, o que sejam “empresas ligadas ao Estado do Paraná.”

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 04

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 060/06, oriundo da Mensagem Governamental nº 013/06, tem por objetivo alterar a redação proposta para seu artigo 8º conforme redação que segue:

“Art. 8º Fica acrescido ao artigo 1º da Lei nº 8.917, de 15 de dezembro de 1998, parágrafo único com a seguinte redação:

Art. 1º ...

Parágrafo único. Sem prejuízo do seu caráter rotativo, poderão ser utilizados recursos financeiros do FDU, a título não reembolsável, em programas que utilizem recursos internacionais e que visem a implantação de ações de desenvolvimento urbano, desde que tais recursos constituam-se em contrapartida local”.

Sala das Sessões, em 23.05.06.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ADEMAR TRAIANO, ELIO RUSCH, RENI PEREIRA e BARBOSA NETO.

#### JUSTIFICATIVA:

A alteração do artigo 8º deve-se ao fato de que o *caput* do artigo 8º implica no repasse de recursos não reembolsáveis do FDU às empresas ligadas ao Estado do Paraná, com a conseqüente descapitalização do FDU; e a letra “b” do parágrafo 1º implica em repassar recursos não reembolsáveis do FDU sem definição dos beneficiários e de critérios claros pré-estabelecidos.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 05

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 060/06, oriundo da Mensagem Governamental nº 013/06, visa alterar a redação do seu artigo 28 conforme segue:

“Art. 28. Fica garantida a permanência de ocupantes de empregos atuais na nova estrutura de planos de cargos e salários.

Sala das Sessões, em 23.05.06.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ADEMAR TRAIANO, ELIO RUSCH, RENI PEREIRA e BARBOSA NETO.

#### JUSTIFICATIVA:

Preservar a equipe de comprovada capacidade técnica que levou o Paranacidade a ser reconhecido nacional e mundialmente, conforme atesta a própria mensagem do Sr. Governador encaminhando a presente proposta de lei.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 06

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 060/06, oriundo da Mensagem Governamental nº 013/06, visa alterar a redação do seu artigo 29 conforme segue:

“Art. 29. As contratações de obras, bens e serviços pelo Paranacidade, inclusive para a execução de contratos de gestão com o Estado do Paraná ou seus municípios, serão realizados mediante procedimentos simplificados, obedecidas as normas gerais e o disposto na Lei nº 8.666/93.”

Sala das Sessões, em 23.05.06.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ADEMAR TRAIANO, ELIO RUSCH, RENI PEREIRA e BARBOSA NETO.

#### JUSTIFICATIVA:

Prerrogativa inerente aos Serviços Sociais Autônomos.

#### EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO Nº 07

A presente emenda supressiva ao Projeto de Lei nº 060/06, oriundo da Mensagem Governamental nº 013/06, tem por objetivo retirar da redação originalmente proposta, o inciso I do seu artigo 27, renumerando-se o inciso subsequente como I, e assim sucessivamente.

Sala das Sessões, em 23.05.06.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ADEMAR TRAIANO, ELIO RUSCH, RENI PEREIRA e BARBOSA NETO.

#### JUSTIFICATIVA:

Suprime-se o inciso I do artigo 27, porque a documentação remanescente do extinto Famepar já foi encaminhada à Secretaria do Estado de Desenvolvimento Urbano - Sedu.

**O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.**

#### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 15706, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que doa imóvel ao município de Maringá para o funcionamento de Centro de Capacitação em Artes Plásticas. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 179/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, autorizando o Poder Exe-

cutivo a estadualizar a rodovia que atravessa os municípios de Corbélia e Cascavel, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

## 1ª Discussão

### ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 793/05, de autoria do Deputado Reni Pereira, autorizando o Poder Executivo a denominar o acesso estadual que liga a BR-369 ao município de Mamborê, como Prefeito Armando Alves de Souza. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 148/05, de 14/12/05).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 793/05

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei autoria do Deputado Reni Pereira, autoriza o Poder Executivo a denominar o acesso estadual que liga a BR-369 ao município de Mamborê, como Prefeito Armando Alves de Souza.

Analizando a proposição do nobre Deputado, verificou-se que o projeto não encontra óbice no âmbito constitucional, tendo em vista o que preconiza a Constituição Federal:

*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.*

Além disso, o trecho em questão não possui denominação, conforme informação da Secretaria Estadual do Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

Quanto à técnica legislativa, não foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98, em seu artigo 9º, que trata da revogabilidade.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação, com emenda corretiva anexa.

Sala das Comissões, em 18.04.06.  
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA CORRETIVA AO PROJETO DE LEI Nº 793/05

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18.04.06.  
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 793/05

##### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 793/05, autoria do Deputado Reni Pereira, tem por objetivo denominar de Prefeito Alves de Souza o acesso estadual que liga a BR-369 ao município de Mamborê, considerando que o trecho em questão não possui denominação de acordo com as informações da Secretaria Estadual dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem-DER.

O presente projeto de lei já recebeu análise da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável. A Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação acompanha o pensamento do legislador sob o enfoque da constitucionalidade e legalidade.

Quanto à técnica legislativa, não foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98, em seu artigo que trata da revogabilidade.

A Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, considera relevante o mérito do contido no presente projeto de lei e opina pela sua aprovação, com emenda corretiva anexa.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.05.06.  
(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente  
RAFAEL GRECA - Relator

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES EMENDA CORRETIVA AO PROJETO DE LEI Nº 793/05

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16.05.06.  
(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente  
RAFAEL GRECA - Relator

### ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 123/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que autoriza a doação de imóveis ao município de Floresta, comarca de Maringá. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 017/06 em 21.03.06).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 123/06

##### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O projeto de lei em tela objetiva autorizar o Estado do Paraná a efetuar a doação de imóveis situados na Gleba Ribeirão Pingüim, no município de Floresta,

comarca de Maringá, com destinação exclusiva e específica, conforme prescreve.

#### **Fundamentação**

Trata-se de projeto de lei autorizatório, competindo ao Estado do Paraná e ao município de Floresta a concretização da doação, atendidos os requisitos do artigo 10 da Constituição Estadual, a seguir transcrito:

*Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação e sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública, ou para fins de assentamento de caráter social.*

Além disso, trata-se de matéria de competência do Estado, cuja iniciativa está disciplinada no artigo 65 da Constituição Estadual:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Quanto à técnica legislativa, o projeto está em conformidade com o requisito da Lei Complementar nº 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

#### **Conclusão**

Desta forma, opinamos pela constitucionalidade do projeto, com o conseqüente prosseguimento da sua tramitação.

Sala das Comissões, em 18.04.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

#### **COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 123/06**

#### **P A R E C E R :**

O Projeto de lei nº 123/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti tem por objetivo autorizar o Estado do Paraná a efetuar a doação, ao município de Floresta, de imóveis situados na Gleba Ribeirão Pingüim, no município de Floresta, comarca de Maringá, com destinação exclusiva e específica.

Esses imóveis serão específica e exclusivamente destinados para a construção de um salão comunitário, instalação de campo de futebol e equipamento de lazer para uso da população rural do município de Floresta.

O município não pode dar destinação diversa à prevista no presente projeto de lei aos imóveis doados, ficando automaticamente revertidos ao patrimônio do Estado do Paraná, em caso de desvio de finalidade de uso, sem direito a indenização pelas benfeitorias realizadas.

O presente projeto de lei já recebeu análise da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou

parecer favorável ao mesmo. A Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações acompanha o pensamento do legislador sob o enfoque da constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa.

A Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, considera relevante o mérito do contido no presente projeto de lei.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.05.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

RAFAEL GRECA - Relator

#### **ITEM 13**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 149/06, de autoria do Deputado André Vargas, que dispõe sobre a equiparação salarial entre servidores públicos do Estado do Paraná, de acordo com a mesma habilitação e equivalente carga horária. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 021/06 em 29.03.06).**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 149/06**

#### **P A R E C E R :**

#### **Preâmbulo**

O projeto de lei em tela tem por finalidade incorporar o benefício auxílio transporte aos vencimentos do nível inicial da carreira de Professor Nível I, Classe 1. Este benefício está previsto no artigo 26 da Lei Complementar nº 103/04, que institui e dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná. Além disto, sobre este novo valor, o projeto também pretende uma atualização monetária de 28,47% (vinte e oito, vírgula quarenta e sete por cento) a partir de 1ª de junho de 2006, e uma nova atualização de 22,16% (vinte e dois, vírgula dezesseis por cento), a partir de 1º de dezembro de 2006.

A incorporação do benefício e a reposição do valor real da moeda corroído pela inflação, **dada a ausência do reajuste geral anual conforme o previsto na Constituição Federal (artigo 37, X)**, teria o condão de **restabelecer a isonomia salarial**, de acordo com a mesma habilitação e equivalente carga horária. Desta forma, o professor passaria a ter o mesmo salário do servidor Agente Profissional do Quadro de Pessoal do Poder Executivo (QPPE), já que ambos os cargos exigem nível superior.

#### **Fundamentação**

Trata-se de matéria de competência do Estado, cuja iniciativa legislativa está disciplinada no artigo 65 da Constituição Estadual:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso).*

É importante frisar que o projeto não pretende aumentar a remuneração dos servidores públicos beneficiados, mas sim a reposição da inflação e a garantia da isonomia salarial entre servidores do mesmo Poder. Se aprovado, o projeto preservará o poder aquisitivo e a isonomia dos vencimentos de servidores com a mesma habilitação (nível superior), grau de responsabilidade e complexidade dos cargos.

Neste sentido, é o que dispõe o artigo 39 da Constituição Federal:

*Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal, e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrados por servidores designados pelos respectivos Poderes.*

**§ 1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:**

***I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;***

***II - os requisitos para investidura;***

***III - as peculiaridades dos cargos.***

No tocante à correção monetária, ela não configura benefício, nem penalidade, mas direito de todos os trabalhadores.

Neste sentido, mais uma vez salientamos que o **artigo 37, X da Constituição Federal, garante a revisão geral anual**, sempre na mesma data e sem distinção de índices. Senão, vejamos:

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

***X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do artigo 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada ano, assegurada na mesma data e sem distinção de índices;***

O projeto está devidamente acompanhando de Relatório de Impacto Financeiro, de acordo com o exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, estando demonstrado que a equiparação salarial pode ser absorvida dentro do limite que é prudente.

Com relação a técnica legislativa adotada, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98.

#### **Conclusão**

Tendo em vista a adequação do presente projeto às normas constitucionais analisadas neste parecer (artigo 65 da Constituição Estadual e artigos 37, X e 39, I, II, III da Constituição Federal), concluímos que a matéria em análise é de competência do Estado e que a iniciativa legislativa é legítima. No tocante ao mérito, o projeto objetiva atualizar monetariamente os vencimentos dos professores a fim de restabelecer a justiça na administra-

ção pública estadual, pagando a servidores com a mesma habilitação e responsabilidade o mesmo salário.

**Por estes motivos, nosso parecer é pela constitucionalidade do projeto e sua regular tramitação.**

Sala das Comissões, em 25.04.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício  
ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 149/06

**P A R E C E R :**

#### **Histórico**

O Projeto de Lei nº 149/06, de autoria do Deputado André Vargas, dispõe sobre a equiparação salarial entre servidores públicos do Estado do Paraná, de acordo com a mesma habilitação e equivalente carga horária.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis.

#### **Da Fundamentação**

O projeto não apresenta óbices de natureza legal e constitucional e está de acordo com as normas orçamentárias do Estado.

#### **Da Conclusão**

Pelo exposto, opino à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, 10.05.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1292, de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 07 (sete) Sessões.

#### **Em votação.**

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Para encaminhar o requerimento, Deputado André Vargas.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, inicialmente faço a seguinte colocação: além dos reajustes devidos, da justiça em relação aos educadores e funcionários da educação do Paraná, dos quadros funcionais da educação do Paraná, que objetivo tínhamos para esse projeto? Era abrir um canal efetivo de negociação que fora truncado indevidamente em ataques em relação à APP, mas o objetivo, portanto era, além de fazer justiça sabendo das dificuldades que teríamos para aprová-lo, seria uma luta. Nós tínhamos como objetivo em conjunto com a APP Sindicato restabelecer esse canal de negociação.

O líder, Deputado Dobrandino, Deputado Caíto Quintana, ex-Chefe da Casa Civil, Deputada Elza Correia, Presidente da Comissão de Educação, Deputado



Elton Welter, juntamente com o Chefe da Casa Civil, Rafael Iatauro, entendemos por apelo do Governo, que haveria necessidade de retirarmos de pauta por sete Sessões, para que este canal pudesse ser implementado a partir de amanhã às 14h, na sala do Dr. Rafael Iatauro, falando pelo Governo em conjunto com a Maria Marta, Secretária de Administração, com a direção da APP e Deputados que pudessem lá estar ajudando nessa negociação. Que fizéssemos uma primeira reunião e dêssemos uma chance para o diálogo.

A vontade da APP e a vontade desta Casa, está expressa portanto, neste requerimento. Sete Sessões para que a negociação se restabeleça.

Antes, Sr. Presidente, de votarmos o requerimento entendo - alguns fizeram a argumentação - que não é prerrogativa dos Deputados apresentarem projetos que impactaram financeiramente no Governo, os caixas do Governo.

Já apresentamos aqui, Sr. Presidente - foi obra de Deputados desta Casa, votei contrariamente - reajuste dos salários de Secretários, que impactava financeiramente o caixa do Governo. Já votamos aqui, Sr. Presidente, outros projetos nos mesmos moldes. Em relação, inclusive, à Lei de Desarmamento do Deputado Ratinho Júnior, bela lei que foi feita.

Portanto, prerrogativa há para que votemos essa matéria. Matéria justa, matéria que faria o restabelecimento, equiparando salário de um funcionário em História, que dá aulas para os nossos filhos, com outro que assessora a Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

Portanto, argumentações razoáveis teríamos para votar esse projeto. A APP Sindicato, a base do Governo abre esse canal de diálogo, e nós retiramos de pauta por sete Sessões, para que possamos dar chance ao diálogo. Tomara possamos avançar. O Projeto nº 150, do Item 14, que também foi retirado de pauta - nós não argumentamos nesse projeto - não tem um impacto financeiro no caixa do Governo, apenas faz com que a categoria dos servidores em Educação, executando o Magistério possa ter o enquadramento devido.

Portanto, retirar de pausa esses dois projetos, é como se diz: dar chance ao diálogo. É nesse sentido, explicando detalhadamente para os nossos visitantes que aqui estão, que nós, mais uma vez, vamos apostar no bom-senso, na tranquilidade, na serenidade e na democracia, para que o governo, a APP, mediada pela Assembleia, possa chegar a bom termo, em uma equação financeira, política e administrativa adequada.

Peço aos nossos Pares, que votem favoravelmente a essa retirada de pauta, por sete Sessões.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

Embora eu não tenha participado da conversa e da negociação - mas acho que foi importante esse avanço - gostaria de parabenizar o Deputado André Vargas e todos os demais que participaram dessa conversa, e uma

maneira especial a APP, que vem lutando há tempo por isso. Acredito que é uma justa reivindicação dos nossos professores e dos nossos funcionários da Educação do Paraná, que merecem que esse projeto seja aprovado. Fico feliz que se abriu um canal de negociação. Esse é um avanço grande, por mais que tenhamos que esperar mais um pouco. É importante, porque se houver o acordo por parte do Governo, com certeza as coisas vão avançar mais rápido do que pensamos e com certeza os professores e os trabalhadores da Educação do Paraná vão ser contemplados.

Deputado André Vargas, nesta conversa de amanhã, eu gostaria de estar presente e que também pudesse fazer parte desta negociação, deste acordo, deste entendimento, por parte do Governo, da importância que também tem o projeto que limita o número de alunos em sala de aula. Gostaríamos que esse projeto também entrasse na pauta da negociação.

(Aplausos)

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

Eu queria, como Presidente da Comissão de Educação - fiz parte da reunião, o Deputado André Vargas se manifestou - dizer que não tínhamos conhecimento destes dois projetos, porque eles não passaram por esta Comissão. Entretanto, acho oportuno e queria cumprimentar o Deputado André Vargas e os companheiros que assinaram esse projeto, que essa discussão ocorra. Inclusive, eu conversava com o professor Lemos, que nós iniciamos e participamos de várias reuniões, segundo ele, mais de 28 reuniões, para discutirmos o plano de cargos e carreiras dos funcionários da Educação. Isso andou, foi bastante adiantado e foi estável, pela notícia que tivemos da Secretaria de Administração.

Acho oportuno que tenhamos essa oportunidade neste momento, de voltar a participar de uma negociação, conversar sobre essas questões que são fundamentais. Em relação ao plano de carreira dos funcionários, fizemos várias discussões que foram, no processo, sendo interrompidas. Retomamos essa discussão que é importante, que é fundamental.

Uso a palavra aqui, para o encaminhamento, apenas para dizer que essa preocupação também é nossa, como Presidente da Comissão, mas fundamentalmente como professora também, portanto, trabalhadora da Educação, antes de ser Deputada, porque Deputada não é profissão, a minha profissão é professora de História.

Entendo e sinto que é realmente oportuna e necessária essa discussão. Por isso, queria cumprimentar o Deputado André Vargas, por esse entendimento, por ter retirado esses projetos, para que possamos junto com o Governo retomar uma discussão desses temas tão fundamentais para a Educação e para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Fica portanto adiada a discussão por 07 (sete) Sessões do Projeto de Lei nº 149/06.

#### ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 150/06, de autoria do Deputado André Vargas, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 021/06, de 29/03/06).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 150/06

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O projeto de lei complementar em análise pretende a criação de um Plano de Carreira unificado para professores e funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná.

Não obstante a aprovação pela Assembléia Legislativa do Plano de Carreira específico para os professores, foi criada a Comissão Paritária SEED/APP - Sindicato, nomeada pela Resolução nº 443/04, do Secretário de Estado da Educação. Ao final dos trabalhos, conclui-se pela necessidade premente da instituição do Quadro de Carreira dos Funcionários de Escolas na Educação, idéia que o presente projeto de lei complementar pretende concretizar.

Levando-se em consideração que a qualidade da Educação e a valorização dos seus profissionais constituem binômio para o desenvolvimento humano em todos os aspectos, o projeto entende que professores e funcionários da Educação Básica da Rede Pública de Ensino devem ter tratamento unitário e diferenciado dos demais servidores. Incluir os funcionários da educação no QPPE (Quadro Próprio do Poder Executivo), constitui-se em erro que desconsidera a Educação como uma atividade-fim do Estado.

O projeto preconiza que é imperioso que todo trabalhador que atua na Educação seja funcionário de carreira, lotado em quadro próprio da Educação, com formação e qualidade específicas, voltadas ao atendimento das necessidades educacionais, com tratamento unitário e diferenciado.

##### Fundamentação

Trata-se de matéria de competência do Estado, cuja iniciativa legislativa está disciplinada no artigo 65 da Constituição Estadual.

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral*

*de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Quanto ao impacto financeiro do projeto, este Plano de Carreira apresenta a mesma tabela de vencimentos do QPPE (Quadro Próprio do Poder Executivo), atualizada pela Mensagem nº 007/06, encaminhada à Assembléia Legislativa e aprovada por esta Casa recentemente.

Com relação à técnica legislativa adotada, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98.

##### Conclusão

Tendo em vista a adequação do presente projeto à Constituição Federal, à Lei de Responsabilidade Fiscal (impacto financeiro) e à Lei Complementar nº 95/98, concluímos que a matéria em análise é de competência do Estado e que a iniciativa legislativa é legítima. No tocante ao mérito, o projeto objetiva instituir o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná, unificando funcionários da Educação e professores. O projeto diferencia professores e demais funcionários da Educação dos servidores do Quadro Permanente do Poder Executivo (QPPE), objetivando melhorar a qualidade da Educação no Paraná. Por todos estes motivos, nosso parecer é pela constitucionalidade do projeto e sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 25.04.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício  
ADEMAR TRAIANO - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 150/06

#### P A R E C E R :

##### Histórico

O projeto de Lei Complementar nº 150/06, de autoria do Deputado André Vargas, institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da rede Pública Estadual do Paraná.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis.

##### Da Fundamentação

O projeto não apresenta óbices de natureza legal e constitucional e está de acordo com as normas orçamentárias do Estado.

##### Conclusão

Pelo exposto, opino à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 10.05.06.

(aa) ELIO RUSCH- Presidente  
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1293, da autoria do Sr. Deputado André Vargas, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 07 (sete) Sessões. **Em votação.**

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Senhor Presidente, prometi e não vou cumprir e dizem que isso não é bom. Mas, apenas para dizer, como a Deputada Luciana disse, que todos os Deputados que quiserem e puderem participar amanhã, às 14h00 - naturalmente temos que avisar o Dr. Rafael Iatauro que teríamos que antecipar um pouquinho, até porque temos Sessão, para que pudéssemos votar.

Então, todos que puderem participar, é importante a participação dos Deputados e mais do que isso: mesmo não tendo passado pela Comissão de Educação, nos foge de fato a tramitação. Não é nem responsabilidade dos 22 autores, que proximamente vou nominar, porque pela assinatura nós não temos e não sou autor único, mas os Deputados Padre Paulo, Tadeu Veneri, Luciana, Renato Gaúcho, Edson Praczyk, e vários que aqui assinam - era um projeto que muita gente dizia que não era para ser apresentado. Muita gente falava: não, temos que esperar o Governo.

Então, optamos por coletar as assinaturas das pessoas que estavam ali mais à disposição. Mas, vamos divulgar todos os nomes de quem assinou e tenho certeza que quem não assinou também em outra oportunidade poderá votar conosco. Era isso, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Está em votação o requerimento. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 07 (sete) Sessões do Projeto de Lei nº 150/06.

#### ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 161/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 022/06, que autoriza o Poder Executivo efetuar cessão de uso de imóvel ao município de Bituruna, Colônia Santa Bárbara. (Construção Escola Santa Bárbara). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 024/06, de 03.04.06).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 161/06

##### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O presente projeto de lei tem por fim autorizar o Poder Executivo a efetuar cessão de imóvel constituído por área de 6.800 m, na Colônia Santa Bárbara, que deverá ser destinado exclusivamente à implantação de uma unidade escolar, devendo o mesmo retornar ao patrimônio do Estado caso possua destinação diversa da especificada.

##### Fundamentação e Constitucionalidade

Com relação ao assunto, a Constituição Estadual determina mais especificamente, em seu artigo 10:

*Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e medi-*

*ante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

O projeto está em pleno acordo com tal disposição constitucional, visto que se trata de projeto de lei que cede uso de imóvel do Estado a uma pessoa jurídica de direito público interno: o município de Bituruna.

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

##### Conclusão

Ante ao exposto somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 161/06.

Sala das Comissões, em 18.04.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 161/06

##### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 161/06 de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 22/06, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao município de Bituruna, constituído por área com 6.800m, na Colônia Santa Bárbara, no citado município, conforme transcrição das Transmissões nº 8.692, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória.

O citado imóvel deverá ser destinado exclusivamente à implantação da Escola Santa Bárbara, devendo o mesmo retornar ao patrimônio do Estado, caso possua destinação diversa da especificada.

O presente projeto de lei já recebeu análise prévia da douda Comissão de Constituição e justiça, que apresentou parecer favorável ao mesmo.

A Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações acompanha o pensamento do legislador sob o enfoque da constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, com a adoção da emenda modificativa apenas a este.

A Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações considera relevante o mérito do contido no presente projeto de lei.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.05.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

RAFAEL GRECA - Relator

**ITEM 16**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 169/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 030/06, que autoriza o Poder Executivo doar ao município de Cruzeiro do Oeste, o imóvel conforme especifica. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 025/06, de 04.04.06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 169/06

P A R E C E R :

**Relatório**

O presente projeto de lei deriva-se da Mensagem nº 030/06, do Chefe do Poder Executivo Estadual e pede a autorização deste Poder Legislativo para proceder à doação um imóvel de propriedade do Estado ao município de Cruzeiro do Oeste.

O imóvel objeto do presente pedido de autorização legislativa, segundo informações contidas no texto da mensagem, é constituído pelos lotes urbanos nºs 08, 09, 10, 11, 12 e 15, da Quadra nº 163. No entanto a proposição não especifica o loteamento, mas é devidamente individualizada, pois o imóvel encontra-se registrado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Cruzeiro do Oeste, com área total de 2.556,00m<sup>2</sup>, contendo benfeitorias, mas também sem especificá-las.

O artigo 2º da proposição dispõe que o imóvel deverá destinar-se exclusivamente à prestação de serviços públicos municipais, sem delimitação destes serviços, mas devendo o imóvel retroceder ao Estado caso seja comprovado destino diverso.

A mensagem governamental deixou de instruir a presente proposição com cópia da matrícula.

**Voto do Relator e sua Fundamentação**

Embora o Poder Executivo não tenha cuidado da boa técnica ao não instruir o pedido sem a devida cópia da matrícula e a redação do próprio texto do então anteprojeto de lei não ter corretamente descrito o imóvel, vez que faz referência apenas aos números dos lotes urbanos, sem descrever o loteamento e usar o termo “datas” ao invés de “lotes”, entendemos que é possível dar parecer favorável para regular tramitação da proposição, pois o imóvel restou devidamente individualizado e identificado com o número da matrícula no devido Registro de Imóveis.

**Conclusão**

Destarte, somos de parecer favorável à proposição da mensagem governamental que objetiva a autorização deste Legislativo para o Executivo Estadual efetuar a doação do imóvel acima descrito, em forma de doação condicionada para os fins especificados no artigo segundo do projeto de lei, propondo a regular tramitação do feito.

Sugerindo apenas que, sem prejuízo da regular tramitação desta proposição, posto que sua paralisação prejudicaria o município de Cruzeiro do Oeste, seja oficiada

a Coordenadoria Técnico-Legislativa, da Casa Civil do Governo do Estado, a fim de que providencie, doravante, cópia da Matrícula do Imóvel nas proposições que importem em transferência de titularidade ou uso de imóveis do Estado, bem como individualizem o imóvel com o nome do loteamento.

Sala das Comissões, em 18.04.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES  
E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 169/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 169/06 de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 30/06, que tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Cruzeiro do Oeste imóvel destinado à utilização de órgãos públicos municipais.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

No mérito, apesar da mensagem e da documentação anexada ao processo não especificar quais serviços públicos funcionarão no imóvel doado, esta Comissão sempre tem posição no sentido de favorecer o desenvolvimento dos municípios e esta relatora é favorável à aprovação da matéria.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 169/06.

Sala das Comissões, em 16.04.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente  
CIDA BORGHETTI - Relator

**Discussão Única (Indicações)**

**ITEM 17**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 009/06, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que indica ao Detran do Paraná a criação de Programa de Parceria com os municípios para ceder veículos aos Conselhos Tutelares. **Aprovado. (Publ. no DA nº 046/06, de 10.05.06).**

**ITEM 18**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 010/06, de autoria do Deputado Reni Pereira, que requer envio de expediente ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná - sugerindo que o TCE oriente as prefeituras municipais a contratarem táxis ao invés de alugarem veículos para o transporte de funcionários públicos em deslocamento. **Aprovado. (Publ. no DA nº 046/06, de 10.05.06).**

**ITEM 19**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 011/06, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que propõe à Copel (Companhia Paranaense de Energia Elétrica) implantação

de energia elétrica no município de Mangueirinha. **Aprovado. (Publ. no DA nº 046/06, de 10.05.06).**

Antes de passarmos aos requerimentos, solicito ao 1º Secretário, Deputado José Maria, para que proceda à leitura do expediente encaminhado pelo Executivo.

O SR. 1º SECRETÁRIO (José Maria Ferreira) (Lê):

OF/CTL/CC Nº 124/06

Curitiba, 23 de maio de 2006.

Senhor Presidente:

*Através deste, tenho a honra de vir à presença de V. Exa., a fim de solicitar providências no sentido da restituição da Mensagem Governamental nº 021/06, de 22 de março do corrente ano, que enviei a essa augusta Assembléia Legislativa, propondo alteração ao texto da Constituição Estadual visando adoção de restrições, conforme especifica, a provimentos de pessoas ligadas por parentesco, em cargos públicos, proposta essa consubstanciando estudos feitos por órgãos competentes do Poder Executivo e por mim acolhidos.*

*Ocorre, Sr. Presidente, que a proposição por mim feita tornou-se inconstitucional porque esta Casa de Leis rejeitou e arquivou outra proposta de emenda que aí tramitava, de mesmo objetivo central e, rigorosamente, pertinente à mesma matéria. Diante dessa rejeição, a proposta contida na Mensagem nº 021/06, enviada pelo Poder Executivo, passou a configurar-se, indiscutivelmente, como afrontamento e agressão ao mandamento do parágrafo 4º, do artigo 64 da Carta do Estado do Paraná que preceitua a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.*

*Diante do exposto, não há qualquer sombra de dúvida que neste ano de 2006, o trato de tal assunto está indiscutivelmente vedado ao Poder Legislativo do Estado do Paraná, não havendo, portanto, nenhuma razão para que a propositura da Mensagem nº 021/06, agora inócua e totalmente desprovida de objetivo, permaneça nesta Casa de Leis.*

*Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.*

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Está encaminhado ao DL, para averiguação.

Temos o Requerimento nº 1298, de autoria do Sr. Deputado Miltinho Pupio, constante do expediente, solicitando que sejam marcadas Sessões Extraordinárias, logo após o término da presente Sessão Ordinária com a diminuição de interstício. **Em votação.**

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, a Comissão Especial que foi criada na Assembléia para analisar esse projeto encaminhado pelo Governador, sobre nepotismo, foi buscar um constitucionalista para poder dar um parecer sobre a constitucionalidade, se era possível legalmente este ano votarmos o projeto do Governador Roberto Requião. E o parecer que teve foi da constitucionalidade.

Agora o Governador alega que está retirando o seu projeto por uma questão de inconstitucionalidade.

Só quero deixar registrado aqui: eu não entendo mais nada!

## Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Está em votação o requerimento.

Em discussão. Em votação.

Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Sobre a mesa Requerimento nº 1269, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1272, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1273, 1275 a 1277, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1274, de autoria do Deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1278 a 1281, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1282, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **À Diretoria de Assistência ao Plenário. Para informar.**

Requerimento nº 1284, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1287, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1288, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1290, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1294, de autoria do Deputado Hermas Brandão e da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1296, de autoria dos Deputados Ademar Traiano, José Domingos Scarpellini, Plauto Miró Guimarães e demais Deputados, pertencentes à Bancada

de Oposição, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1297, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

### ***Encerramento da Sessão***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 193/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 161 e 169/06.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 500/05.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 462 e 793/05; 123 e 220/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 434/05; 197 e 238/06.

Levanta-se a Sessão.



**DIÁRIO Nº 055****006ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA****SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva.....</b>	
<b>Presenças.....</b>	
<b>Abertura da Sessão .....</b>	
<b>Ordem do Dia:</b>	
Discussão / Votação:	
3ª Discussão .....	
2ª Discussão.....	
<b>Encerramento da Sessão .....</b>	

**DIÁRIO Nº 055****006ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 006ª SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
23 DE MAIO DE 2006**

(terça-feira)

**Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, secretariada pelos Srs. Deputados José Maria Ferreira e Luiz Nishimori.

**Presenças:**

Às dezesseis horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Ragnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz

Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori. Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (51). Achando-se ausentes a Sra. Deputada Arlete Caramês e os Srs. Deputados: Mauro Moraes e Valdir Rossoni (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária de antecipação do dia 18, quinta-feira, conforme reequerimento aprovado em plenário.

**Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º, artigo 88 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos no Pequeno e Grande Expedientes e nem no Horário das Lideranças.

**Ordem do Dia:**

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 51 Srs. Deputados.

**Discussão/Votação**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**3ª Discussão****ITEM 01**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 193/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 031/06, objetivando autorizar o Poder Executivo, por intermédio da Copel ou subsidiária integral desta, a assumir o controle (societário) da UEG Araucária Ltda. COM PARECER DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Em votação.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, declaro, mais uma vez, a minha abstenção de votação nesse projeto pelos mesmos argumentos que utilizei anteriormente, por ainda não ter concluído a análise do processo em si.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Será devidamente registrado.

Neste turno vamos apreciar as emendas aprovadas em 2ª Discussão. Em votação a Emenda nº 2 de Plenário.

**Aprovada.**

Em votação o projeto. **Aprovado.**

## **2ª Discussão:**

### **ITEM 02**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 161/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 022/06, autorizando o Poder Executivo efetuar cessão de uso do imóvel ao município de Bituruna, Colônia Santa Bárbara. (Construção Escola Santa Bárbara). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

### **ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 169/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 030/06, autorizando o Poder Executivo doar ao município de Cruzeiro do Oeste, o imóvel conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

## **Encerramento da Sessão**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.





**DIÁRIO Nº 056****007ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA****SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva.....</b>	<b>41</b>
<b>Presenças.....</b>	<b>41</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>41</b>
<b>Ordem do Dia:</b>	
Discussão / Votação:	
Redação Final .....	41
1ª Discussão .....	41
<b>Encerramento da Sessão .....</b>	<b>42</b>

**DIÁRIO Nº 056****007ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 007ª SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
23 DE MAIO DE 2006**

(terça-feira)

**Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, secretariada pelos Srs. Deputados José Maria Ferreira e Alexandre Curi.

**Presenças:**

Às dezesseis horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühler, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José

Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori. Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (51). Achando-se ausentes a Sra. Deputada Arlete Caramês e os Srs. Deputados: Mauro Moraes e Valdir Rossoni (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

**Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º, artigo 88 do Regimento Interno.

**Ordem do Dia:**

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Não há expediente a ser lido.

Não há oradores inscritos no Pequeno e Grande Expediente e nem no Horário das Lideranças.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 51 Srs. Deputados.

**Discussão/Votação**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuídos aos Srs. Deputados:

**Redação Final****ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 193/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 031/06, que objetiva autorizar o Poder Executivo, por intermédio da Copel ou subsidiária integral desta, a assumir o controle (societário) da UEG Araucária Ltda.

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 193/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta lei, a adquirir, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia - Copel ou subsidiária

integral desta, a totalidade das quotas que (I) a Aquamarine Power Holdings, L.L.C, com sede nos Estados Unidos da América e (II) a El Paso Energia do Brasil Ltda, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ambas do Grupo El Paso, detêm no capital social da El Paso Empreendimentos e Participações Ltda., igualmente com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

§ A aquisição autorizada no *caput* implicará na obtenção, pela compradora, do controle da participação societária correspondente a 60% (sessenta por cento) do capital social da UEG Araucária Ltda., ora pertencente ao grupo vendedor.

§ 2º Com a aquisição das quotas mencionadas no *caput*, a Copel passará, direta e indiretamente, a deter 80% (oitenta por cento) das quotas representativas do capital social da UEG Araucária Ltda.

§ 3º A aquisição das quotas referidas no *caput* se dará pelo valor de US\$ 190.000.000,00 (cento e noventa milhões de dólares).

§ 4º Os recursos de que trata o parágrafo anterior somente poderão ser alocados à vendedora após a formalização da desistência da ação movida contra a Copel junto ao Tribunal Arbitral de Paris.

Art. 2º Fica a Companhia Paranaense de Energia - Copel, ou subsidiária integral desta, autorizada a alocar à UEG Araucária Ltda, na forma da lei, os recursos humanos e materiais necessários ao desempenho do objeto social desta.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23.05.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente  
LUIZ ACCORSI - Relator

**Aprovada.**

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de registrar os votos contrários da Bancada da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Será registrado.

## **1ª Discussão**

### **ITEM 02**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 462/05, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, declarando de Utilidade Pública a Associação Sarandiense Defensora dos Consumidores - ASDC, com sede e foro no município de Sarandi. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 077/05, de 08/08/05).**

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 426/05**

**P A R E C E R :**

#### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, declara de Utilidade Pública a Associação Sarandiense Defensora dos Consumidores - ASDC, com sede e foro no município de Sarandi.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

#### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

### **ITEM 03**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 220/06, de autoria do Deputado Ademar Traiano, declarando de Utilidade Pública a Associação de Proteção e Apoio Beneficente à Família e Clube das Mães do Atuba/Curitiba e Colombo, com sede e foro no município de Curitiba. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 039/06, de 02/05/06).**

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 220/06**

**P A R E C E R :**

#### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria Deputado Ademar Traiano, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção e Apoio Beneficente à Família e Clube das Mães do Atuba/Curitiba e Colombo, com sede e foro no município de Curitiba, Estado do Paraná.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

#### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

### **Encerramento da Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.